

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

-----No dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, pelas 17.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Cineteatro de Porto de Mós, sito em Praça Arménio Marques, em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. *Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;*-----

-----2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* -----

-----2. *Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021; (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----3. *Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2021; (Apreciação)*-----

-----4. *Estatuto do Direito de Oposição; Relatório de Avaliação de 2021; (Apreciação)*-----

-----5. *Nomeação Revisor Oficial de Contas (ROC) para a Certificação Legal das Contas do Município de Porto de Mós dos anos de 2022 e 2025, por um período de 3 anos (maio de 2022 a abril de 2025) – Proposta; (apreciação, discussão e votação)*-----

-----6. *Contratação e empréstimo a médio/longo prazo para o investimento "Saneamento lugares de Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua e Boeira, até ao limite de 3.500.000,00 € (três milhões e quinhentos mil euros):*-----

-----6.1) *Aprovação de investimentos a financiar – parte final do nº 2 do artigo 51º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----6.2) *Autorização para a contratação; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----6.3) *Aprovação da repartição de encargos dos investimentos a realizar; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----7. *Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012,*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de 21 de Fevereiro; (para conhecimento)-----

-----8. Expropriação de Terrenos para a Área de Localização Empresarial de Porto de Mós - Pedido de Declaração de Utilidade Pública e Posse Administrativa - Lei n.º 168/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro; (apreciação, discussão e votação); -----

-----9. Relatório Anual de Monitorização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexos (PGRICI) de 2021; (para conhecimento)-----

-----10. Relatório Anual de Atividades da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós – 2021); (para conhecimento)-----

-----11. Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação" – Proposta; (apreciação, discussão e votação);-----

-----12. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação).-----

-----Estavam presentes na Mesa, a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, o Primeiro Secretário, António José Jesus Ferreira e em substituição da Segunda Secretária, Sandra Maria da Silva Martins, Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS), José Gabriel Pires Vala (PSD), Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves (PS), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Cristina Maria Braz Ferreira Rosa (PS), Gonçalo da Silva Carvalho Pires (PS), Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD), Isa Filipa Ferreira Vala (PSD), Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro (PSD), Sandra Marisa Ferreira de Sousa (CH), João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD), Liliãna Carvalho Pereira (PS), Félix Correia dos Reis (PSD), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Dulce Maria Amado Custódio (PSD). -----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia de Alqueidão da Serra; Manuel de Freitas Barroso (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Luís António Gomes da Silva (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Pedro Miguel Moleano Pragosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Francisco Nogueira Baptista (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da união das Freguesias de Arrimal e Mendiga.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Marco Paulo Barbosa Lopes, Sofia Margarida Amado Pereira Caetano e Paulo Jorge Nobre Pereira, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes.-----

-----Faltaram à sessão, Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), que foi substituído por Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS), Pedro Lavado Gomes Vieira (PS), substituído por Rita Isabel Santos Migue (PS), Olga Cristina Fino Silvestre (PSD), que foi substituída por Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD), Cristiana Ferreira do Rosário (PSD), substituída por Dora Cristina Pereira Jorge e ainda Artur Jorge Cordeiro Loureiro (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PS), que foi substituído por Dora Regina Cordeiro Agostinho, Secretária daquela Junta de Freguesia (Força da União).-----

-----Foram consideradas justificadas pela mesa da Assembleia a falta dos membros supracitados, face à sua solicitação.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezassete horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão começando por cumprimentar todos os presentes, e, chamando para a Mesa da Assembleia, para substituir a 2ª Secretária da mesma, a senhora Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alvados e Alcaria, Sandra Maria da Silva Martins, referindo que *“o regimento e a lei diz-nos que os senhores Presidentes de Junta também podem integrar a mesa, uma vez, que são parte da Assembleia Municipal, sendo também importante a mesa ser integrada pelos senhor(a)s Presidentes de Junta. Vamos então dar início à nossa assembleia. E eu cumprimento o senhor Presidente da Câmara, cumprimento de igual modo, o senhor Vice-presidente, os senhores e senhoras Vereador(a)s. Cumprimento os senhores e as senhoras deputado(a)s da Assembleia Municipal e os senhores e senhoras líderes da bancada. Cumprimento a excelentíssima mesa da Assembleia Municipal, as nossas colaboradoras técnicas e*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um cumprimento aos senhores jornalistas. Um cumprimento ao público aqui presente. Muito obrigada pela vossa presença e permitam-me também que dê um cumprimento especial à Adriana Lima, que foi interlocutora da comunidade ucraniana no nosso concelho, e eu estou muito feliz por ela estar aqui. Cumprimento também o público aqui presente, muito obrigada pela vossa presença, e um cumprimento a todos os que nos estão a ouvir pelas redes sociais do município. Agradeço a todos a vossa presença. Vamos dar início à Assembleia Municipal ordinária do mês de Abril. Esta Assembleia Municipal vai se reger pelo regimento aprovado em onze de fevereiro de dois mil e vinte e dois e está a ser transmitida pelas redes sociais no município. Quem usar da palavra e não permita ou não queira ser filmado, faça favor de o dizer para que tal não aconteça. Temos sempre como objetivo ter uma Assembleia Municipal assente em regras de boas práticas. Desse modo, hoje vai ser distribuído um cartão de identificação de deputado da Assembleia Municipal. Penso que é importante termos a essa identificação, poderá ser importante utilizá-la em algum evento. Vou também referir as faltas a esta Assembleia Municipal. Falta a senhora deputada da Assembleia Municipal, Olga Silvestre, da bancada do PSD, e tendo justificado a falta, foi substituída por Nuno Dinis da Silva Salgueiro. Cristiana Ferreira do Rosário, do PSD, faltou, tendo também justificado a falta e foi substituída por Dora Cristina Pereira Jorge. Samuel Dinis Cordeiro da Costa, do P.S faltou, tendo justificado a falta e foi substituído por Elsa Cristina Leitão dos Santos. Temos aqui um elemento que também justificou a falta, mas antes, falta dizer que um senhor deputado municipal renunciou ao mandato. O deputado municipal Mário Cruz renunciou ao mandato para que foi eleito para quatro anos, e ele refere o seguinte: "Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Venho por este meio comunicar a Vossa Excelência, nos termos e para os efeitos do número um e dois do artigo setenta e seis da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela lei sessenta e nove barra dois mil e vinte e um, de vinte de Outubro, a minha renúncia ao mandato, na presente Assembleia Municipal. A renúncia ora solicitada tem motivos de ordem profissional que me impedem o desempenho diligente e pontual das funções que me foram conferidas. O meu pedido de renúncia tem efeitos imediatos, pelo que se o que solicito que dê a Vossa Excelência cumprimento ao estabelecido no referido normativo legal, a fim de se operar a minha substituição imediata." Face a este pedido de renúncia apresentado pelo deputado Mário Alberto Rosa Cruz, eleito nas listas do Partido Socialista, que foi aceite, e sendo o seguinte nas listas de candidatos, o senhor Pedro Lavado Gomes Vieira, foi este convocado para estar nesta assembleia. O deputado Pedro Vieira, não pode estar presente porque não estava a fazer conta, embora tenha aceite fazer parte integrante da Assembleia Municipal, pelo que irá tomar posse na próxima sessão. Sendo assim, Pedro Lavado Gomes Vieira tem a falta justificada, sendo substituído por Rita Isabel Santos Miguel do PS. Vamos dar então início às intervenções do público."-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----**Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós:**-----

-----"Neste tempo de intervenção do público, a nosso convite, temos presente a senhora Adriana Lima, que foi entre a interlocutora da comunidade ucraniana no nosso concelho e integrou a equipa da estrutura de missão do município e da integração dos refugiados que chegaram, a quem agradeço a sua presença e dizer-lhe que a Assembleia Municipal está de coração com o povo ucraniano e a quem eu aqui peço para a Adriana uma salva de palmas. Eu pedia para Adriana nos falar um pouco para que a nossa Assembleia Municipal tenha conhecimento, de como foi este este trajeto e este projeto, como é que os refugiados, o povo ucraniano que está no concelho, está a ser recebido e para nos falar um pouco sobre esse assunto. De seguida, vamos então dar a palavra ao público para poder intervir. Possivelmente, os senhores deputados poderão querer fazer alguma questão. A Adriana irá ficar um bocadinho connosco para que, quando se der início ao período antes da ordem do dia, os senhores deputados poderem fazê-lo, se assim o entenderem. Muito obrigada. Adriana faz favor. -----

-----**Adriana Lima:**-----

-----Agradeço as suas palavras e agradeço a ajuda do município perante esta situação. Costumo dizer que Portugal é a minha casa, e é. Não pude ficar indiferente perante a situação que está a acontecer, e então, com muito gosto, juntei-me a esta missão. Foi um processo difícil da parte emocional para todos, penso eu, mas foi um processo com um resultado fantástico, principalmente para os refugiados que cá estão neste momento. Numa fase inicial, foi mais difícil a adaptação e o acolhimento. Estamos a falar de culturas diferentes, hábitos diferentes, mas facilmente se adaptaram. A parte mais difícil, talvez no início, foi a parte da habitação, estamos a falar dos refugiados que já tinham alguma família cá em Portugal. Depois tivemos a Quinta da Mirinha, que acolheu cerca de dezoito a vinte pessoas, num tempo record, penso eu. Conseguimos tratar da parte médica. Foi lá uma equipa médica. Fizeram todos os exames necessários. Fizemos o exame à tuberculose a todos, tratámos das vacinas. As vacinas dos adultos e das crianças. Mais tarde, demos um bocadinho espaço para que se habituassem, e todos estão inscritos nas escolas. As crianças estão a adaptar-se extremamente bem e também quase todos, se não todos, já estão empregados. Inicialmente, penso que a parte mais difícil foi principalmente os próprios refugiados aceitarem que isto não seria uma coisa de um tempo tão curto. A maioria vinha com a expectativa de que isto acabaria dentro de uma semana, duas. Hoje em dia, o feedback deles já é, ficamos cá, um ano, dois, três. Principalmente, e penso que é muito importante dizer isso, ninguém estava à espera que o povo português fosse tão solidário e tão acolhedor. O feedback que eu tenho é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exatamente esse. Tenho famílias que me dizem que gostariam imenso de ficar cá, fazer uma vida cá. Exatamente por causa disso. Tenho famílias que me dizem que gostavam de voltar para casa deles, mas que já não existe casa. Tenho famílias que sofrem com a situação, como é óbvio. Tivemos famílias que desistiram e quiseram voltar e voltaram. Pronto, basicamente, é isso, acho que tivermos uma missão extremamente bem-sucedida. Não disse, mas acho que é extremamente importante, mencionar as funcionárias da Câmara que foram extremamente importantes nessa missão. Cada uma ficou responsável por uma família e acompanhou-as o tempo todo. Cada família, neste momento, está numa casa. Já não vivem todos na Quinta da Mirinha. Foram todos encaminhados, organizados. Neste momento, estão, penso, orientados.-----

-----**Senhora Presidente da Assembleia Municipal:**-----

-----"Muito bem Adriana, muito obrigada."-----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir. António Alves, Telmo Conceição e Tiago Rei inscreveram-se para o efeito.-----

-----**António Alves (Porto de Mós):**-----

----- E mais uma vez que cá estou, com duas ou três observações que não passam de olhares sobre Porto de Mós, e um deles passava por perguntar que tipo de contrato é que existe em relação à SUMA, na prestação de serviços, no que concerne à limpeza de ruas e passeios. E se há alguém que fiscalize esta prestação de serviços. E eu digo isto porquê? Porque já não é a primeira vez, já por duas ou três vezes que observo a fazerem a limpeza das ervas nos passeios, na rua principal do Bairro de São Miguel, e na rua onde eu moro, que é a primeira, e nas outras, ficam para trás sem se fazer qualquer tipo de limpeza. Esta semana voltaram a fazer a mesma coisa, limpar na rua principal e a Rua dos Descobrimentos tem situações em que nem sequer as pessoas podem circular no passeio, com a altura das ervas que ali cresceram. Esta era uma situação, de saber o que é que se pode fazer para melhorar isto. Outra tem a ver com as escadarias do mesmo Bairro de São Miguel. Pergunto para quando a sua abertura, porque, de facto, aquilo faz falta a muita gente. Aquele espaço, ao contrário daquilo que muita gente pensa, era utilizado por dezenas de pessoas diariamente, umas que se deslocavam para as escolas e outras para os seus empregos. Aquilo já está fechado, há uma série de meses e ainda, por exemplo, a semana passada, deparei-me, com o facto de, não só as pessoas são obrigadas a vir dar a volta ao cemitério e, como se isso não bastasse, têm que circular pela estrada, pela quantidade de carros, inclusivamente furgões que estão estacionados completamente em cima dos passeios. Saber se, de facto, se pode fazer alguma coisa, no sentido de melhorar isso, Outra coisa tem a ver com,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

inclusivamente houve para aí uma burra que já mandou uns coices em relação a isso, mas é a minha opinião também, saber se existe alguma explicação técnica para aquela faixa cimentada, ao longo das escadarias. De facto, do ponto de vista estético, e é a minha opinião, acho feio, mas pode haver, uma explicação técnica que obrigue àquele cimentado. Era só isto. Coisas simples, muito obrigado por me ouvirem.

Telmo Concelção:

Boa tarde a todos. Cumprimento Sua Excelência, a Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimento todos os presentes, especialmente minha amiga Adriana Lima, que acabou de falar e que estou solidário, a cem por cento, com a sua ação. Eu venho aqui pessoalmente, porque encontro-me numa encruzilhada. Eu quero ser solução e não quero ser problema. Como sabem nesta assembleia de Dezembro, apresentei publicamente um projeto que tinha acabado de apresentar ao executivo municipal sobre a construção do memorial sobre o vinte cinco de Abril. Dezembro de dois mil e vinte e um. A partir de Janeiro de dois mil e vinte e um, hipotequei-me, e dei a minha colaboração, e começou-se a fazer uma estátua, estátua essa que não está de acordo com o projeto. Porquê? No monumento era um militar projetado numa pedra, num bloco de pedra, e eu tive que optar por mandar fazer uma estátua em três D. Sempre pus ao corrente, o executivo municipal, através do Vice-presidente, o meu amigo Eduardo Amaral. Chegou a treze de Abril, e estava projetado, como o foi a dezoito de Abril, a entrega da estátua, chegou a treze de Abril, e eu fiz esta pergunta através de e-mail ao artista: Paulo já a recebeste alguma requisição, para os serviços e os materiais da estátua por parte da Câmara Municipal? e acrescentei, se positivo, a estátua será colocada no Hall da Câmara Municipal, se negativo, a estátua será colocada à frente a minha casa, provisoriamente. E ele respondeu-me que não tinha recebido nada. No dia dezoito, quando ele chegou a minha casa com o material, voltei-lhe a perguntar e ele disse-me, "não recebi requisição nenhuma." Então coloca-se a estátua em minha casa. Eu não quero ferir susceptibilidades, mas quero defender a verdade até às últimas consequências e, pessoalmente, entendo que um monumento, aquilo que está à frente da minha casa não é monumento nenhum. São partes. O monumento tem que ser público, tem que ser num lugar de evidência, num lugar com acesso a todos e é por isso que eu me debato. E eu pergunto ao senhor Presidente, se a ideia do monumento, daqui a dois anos para comemorar efetivamente o cinquentenário do vinte cinco de Abril, está de pé ou há outras soluções? Com respeito à estátua, estamos esclarecidos, penso eu. Com respeito ao convívio que eu organizei na minha residência, penso que não é crime nenhum, eu convidar os amigos, para um lanche. Não me podem incriminar de que eu fiz uma inauguração. Não fiz inauguração nenhuma. Eu fiz convites, inclusive ao senhor Vice-presidente, e ao senhor Presidente, e referi na altura, que o convite não era para o Presidente da Câmara nem para o Vice-presidente da Câmara, era ao meu amigo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Jorge Vala e ao meu amigo Eduardo Amaral. E foi com muita satisfação que as pessoas que estiveram presentes e que puderam estar presentes, saíram todas satisfeitas, e foi o vinte cinco de Abril. Foi neste espírito, permitam-me, que vou terminar a minha alocução, com um poema. "Amigo maior que o pensamento, por essa estrada vem não percas tempo que o vento é meu amigo também, em terras em todas as fronteiras, seja bem-vindo, quem vier por bem, se houver alguém que não queira, trá-lo contigo também. aqueles, aqueles que ficaram, em toda a parte em todo o mundo tem, em sonhos nos visitaram, traz um amigo também." Obrigado. -----

-----**Tiago Rei (S. Bento):**-----

-----Cumprimento a Presidente da Assembleia e na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. Eu hoje trago aqui duas questões. A primeira tem a ver com o médico. Gostava de saber se, eventualmente, com esta parte da pandemia que está a abrir mais as portas, hoje já podemos ver os sorrisos das pessoas, pois que já nem toda a gente tem máscara, se efetivamente já está alguma coisa mais desenvolvida para o médico voltar para São Bento, uma vez que com a pandemia, ele desceu para Serro Ventoso, se ele vai voltar para São Bento ou não. A outra questão: enquanto o executivo da Junta de Freguesia que eu liderei, na altura, debatemo-nos muito com as comunicações, deu-nos um trabalho enorme a todos, quando digo a todos, podemos dizer a toda a assembleia, às juntas de freguesia, a toda a gente. Na altura, quando eu estava a terminar o mandato, havia aqui solução para pôr duas antenas, duas operadoras distintas, uma da MEO, outra da Vodafone e requalificar, ou diria, fazer uma reparação quase completa ou pôr equipamento mais moderno numa antena que está em São Bento, que é a única. Por aquilo que venho a reparar ultimamente, e venho ouvindo, é que se estão a afastar estas possibilidades todas. É triste, se isso acontecer, e eu estou a perguntar, isto não é uma crítica, gostava de perceber e que alguém me informasse efetivamente o que é que está a acontecer. Porque é triste, se nós todos trabalhamos para uma causa e agora que deu tanto trabalho e que efetivamente as operadoras estavam com vontade de fazer investimento, se eles vão recuar, e vão deixar de fazer o investimento. Eu tenho a certeza que tudo o que estiver ao alcance do senhor Presidente da Câmara, Jorge Vala, ele irá fazer. Não tenho dúvidas nenhuma disso, mas também gostava de ouvir algum comentário da parte do Presidente da Junta de São Bento, que também acredito que ele fará tudo. É só isto. Obrigado.-----

-----**Senhor Presidente da Câmara:**-----

-----Muito boa tarde. Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa a Mesa, os restantes deputados municipais, cumprimento os senhores vereadores, os senhores Presidentes de Junta aqui presentes, o público, e a comunicação social, os nossos colaboradores, um bem haja a todos. Muito obrigado pelas questões que foram colocadas pelo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

António Alves, pelo Telmo Conceição e pelo Tiago Rei, mas antes não posso deixar dar uma palavra à Adriana Lima que, desde o primeiro momento, se solidarizou com as causas da Ucrânia aqui, em Porto de Mós, e, desde o primeiro momento, também se associou às causas que foram avançando no sentido de podermos, por um lado, a missão trazer ucranianos, como aconteceu, felizmente, com as condições, de podermos receber as pessoas como temos hoje no nosso concelho, mas ao que sei, também noutros concelhos, já a trabalhar, já devidamente instaladas e, portanto, este é o espírito daqueles que estão à frente das instituições, daqueles que fazem parte das causas públicas, mesmo não estando ligados a qualquer instituição. E foi o que aconteceu aqui, aliás, a missão à Ucrânia envolveu quase, de uma semana para a outra, largas dezenas de pessoas, que voluntariamente e solidariamente foram à Polónia, e trouxeram para cá um conjunto vasto de ucranianos refugiados, e que hoje aqui foi referido pela Adriana Lima, e bem, que estão instalados, e estão a fazer a sua vida e isto é bom para nós, porque revela o espírito que temos, naturalmente, todos nós sem exceção, mas revela também aquilo que é a atitude de todo um povo. Devo-vos dizer que, nas recolhas que fizemos e a missão levou muitas coisas, está aqui a Drª Rita Cerejo que poderá dizer o que é que a missão levou, mas nós entregámos um camion, e não levámos mais, porque nos foi dito que não valia a pena levar mais, portanto, aquilo que foi recolhido, foi-o num tempo recorde e, de facto, nós temos dado essas provas, demo-las noutras circunstâncias e, portanto, o povo português, sem dúvida, e em particular, o concelho de Porto de Mós é revelador dessa disponibilidade solidária. Sobre as questões que o António Alves colocou, sobre a SUMA, nós, curiosamente, vamos levar à próxima reunião de câmara a denúncia do contrato. O contrato não nos satisfaz, vence-se, acaba, termina no ano de dois mil e vinte e três, e, portanto, a relação qualidade, custo, não é aquilo que nós tínhamos pensado. O serviço que temos que prestar e temos obrigação de o prestar com qualidade à nossa população, e daí que teremos que ir ao mercado com um caderno de encargos que não tem como este, mais de vinte anos, portanto, um caderno de encargos, novo, adaptado aos novos tempos, e sobretudo, tentar que a prestação de serviço na relação com o que nós vamos pagar, e não é pouco o que pagamos agora, tenha uma qualidade diferente. Há aqui uma questão, que de facto, António Alves colocou. Nós acompanhamos, não andamos com uma pessoa atrás das varredoras e das viaturas de limpeza, mas acompanhamos e, curiosamente, já tinha sido alertado pelo senhor Presidente de Junta, que havia algumas ruas do bairro de São Miguel que ficaram para trás, e já foi comunicado, à SUMA, não sei se já limpou, se não limpou terão de limpar, porque o bairro de São Miguel está integrado na limpeza. Sobre a escadaria do Bairro de São Miguel, ela já devia estar a funcionar há alguns meses, devo dizer, no entanto, que tivemos um problema complicado com a EDP. A EDP fez aqui uma força no sentido de não mudar a caixa que ali está à frente. Nós forçámos a que mudassem, tivemos um processo algo complicado, e, neste momento, há dois meses que chegámos a acordo para a mudança da caixa, só que eles ainda não a mudaram. As escadas estão concluídas como sabem, mas sem criar as condições de segurança necessárias para as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

poder abrir, tem ali cabos que podem criar perigo, causar algum transtorno, a opção foi efetivamente não abrir. Sobre a aquela faixa ao lado, fazia parte do projeto inicial. Teve a ver, segundo o arquiteto, com a necessidade de fazer uma proteção por razões de segurança. Nós estamos a equacionar o que é que vamos fazer àquela faixa. Neste momento não decidimos ainda nada, na tentativa de reduzir o impacto visual que ela tem, mas a solução que nos foi apresentada, é uma solução que tem, sobretudo, a segurança como base, para ela ter sido ali aplicada. Sobre a questão do Tiago Rei, o médico de família efetivamente está na mesma. Nós continuamos com a mesma situação, com as mesmas dificuldades, com a tentativa dos mesmos contactos. As entidades são as mesmas, não mudou, e, portanto, continuamos sem recursos humanos, continuamos a ter aqui em Porto de Mós, uma solução provisória, de avançados que, penso que vêm todos de Coimbra, prestam serviço à hora e, portanto, temos aqui um défice enorme, muito grande de qualidade na prestação de serviços, de cuidados primários de saúde. Eu penso que estamos em condições de levar também à próxima reunião de Câmara, a abertura do concurso público para o plano de saúde municipal para todas as pessoas, que não substitui o médico de família, de forma nenhuma, mas é, de alguma forma, um instrumento que pode minimizar o impacto que tem em função da necessidade que as pessoas têm de ir ao médico privado. Eu tenho dito que, o Sistema Nacional de Saúde, como está a funcionar, com falta de recursos humanos, como tem, aqui em Porto de Mós, pelo menos, é um dos grandes amigos dos sistemas privados de saúde. As pessoas não têm solução, as pessoas não conseguem alternativas e têm que ir ao privado. A médica mais jovem que trabalhava no Centro de Saúde de Porto de Mós, rescindiu o contrato com o Serviço Nacional de Saúde e está a trabalhar numa clínica ao lado do Centro de Saúde, uma clínica privada. E, portanto, o estado das coisas é este, continuamos a ter muita dificuldade, continuamos a ter muitas promessas e continua a haver muita demagogia. O que é facto, é que nós continuamos sem ter aquilo a que temos direito, que são os cuidados médicos, os cuidados primários de saúde e um serviço minimamente ajustado àquilo que são as necessidades de uma população envelhecida e com dificuldades de mobilidade, e que, infelizmente, vive assim, já podemos dizer, há anos. Portanto, eu disse aqui na última Assembleia Municipal, que esta questão da Saúde devia exigir de nós, estarmos todos juntos, não estarmos divididos, porque isto é uma questão que vai muito para além de qualquer causa política, isto é uma questão do concelho, das pessoas do concelho e, sobretudo, um direito para o qual, nós todos juntos, devemos lutar. Sobre a questão das comunicações, efetivamente, eu tenho tentado junto da operadora Altice, que modernize a antena que está em S. Bento, inclusive o município disponibilizou-se para poder ser parte da solução. Não houve resposta sobre essa questão específica. Sobre a questão das antenas, não chegou nenhum pedido a não ser pela parte do senhor Presidente de Junta que me disse que, efetivamente, havia intenção. As operadoras costumam perguntar, mas, neste momento, as regras que o PDM de Porto de Mós e outros PDM's, têm, dificultado e muito, a instalação das antenas, porque habitualmente as operadoras querem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

colocar as antenas junto aos aglomerados urbanos, mas estas têm que distar cem metros dos aglomerados urbanos. Mas têm que os colocar em zona onde se possa construir, e, portanto, conjugar estes dois fatores em São Bento, não digo que seja impossível, mas é muito difícil, e, portanto, provavelmente as soluções que foram encontradas para se poder instalar uma antena, não terá servido às operadoras. E, portanto, eu volto a dizer, não fui confrontado com nenhum pedido objetivo, não chegou à Câmara Municipal, que eu saiba, nenhum pedido de licenciamento de antenas. Se chegar, estudaremos, com certeza, da mesma forma como fizemos o que era possível, para poder instalar em São Bento a fibra ótica, que foi a prioridade. Nós, enquanto lutámos pela fibra ótica, não nos preocupámos assim tanto com a rede móvel. Hoje, a rede móvel é uma preocupação, porque efetivamente já temos fibra ótica. Portanto, devemos agora iniciar outra luta, provavelmente. Vamos tentar, vamos fazer os possíveis, mas estamos aqui, de alguma forma, com um colete-de-forças vestido, difícil de ultrapassar. Sobre a questão do Telmo Conceição, tive oportunidade de falar com ele, já esta semana, a pedido dele, e, de facto, convidou-me para um Porto de Amigos, ou coisa assim, e na altura, teve o cuidado de não me dizer para o que era. Eu não pôde ir, e essa é uma questão como ele disse, e bem, cada qual faz em sua casa, aquilo que muito bem lhe apetece e convida para sua casa também, quem quer convidar. Mas tive oportunidade também de dizer ao Telmo, porque não podemos aqui misturar as coisas, uma coisa é um Porto de Amigos, uma festa, outra coisa é, celebrarmos em nossa casa ou tentarmos celebrar a nossa casa, o vinte cinco de Abril. Não é possível. Eu disse aqui na cerimónia do vinte cinco de Abril, que o vinte cinco de Abril não é de nenhum partido político, não é de nenhuma instituição nem de nenhuma organização, nem sequer de uma pessoa. O vinte cinco de Abril é do Povo Português. E esta conquista é uma conquista do Povo para o Povo. Não pode uma qualquer pessoa individual, querer ou representar aquilo que é o significado do vinte cinco de Abril. Esta questão, é uma questão de base, porque quem representa o Povo, no concelho de Porto de Mós, e é legítimo dizê-lo, é o Município e esta Assembleia Municipal. O Município e esta Assembleia Municipal iniciaram precisamente no dia vinte cinco de Abril de dois mil e vinte e dois, as comemorações dos cinquenta anos do vinte cinco de Abril. Apresentámos aqui o Presidente da Comissão de Honra e foram transmitidas algumas das iniciativas que iremos ter durante este tempo. Foi apresentado um livro que afirma aquilo que foi o passado dos nossos combatentes, quer em África, quer na primeira Guerra Mundial, elaborado pelo senhor José Conteiro. E aquilo que eu disse também ao Telmo Conceição nesta reunião que tive com ele, é que é exatamente aquilo que ele disse há pouco: para o Município, é sempre bem-vindo quem vier por bem. E, portanto, nós estamos de braços abertos para receber as pessoas e entidades que queiram integrar estas comemorações dos cinquenta anos do vinte cinco de Abril, como disse, presididas pelo Dr. Luís Amado. Foi ministro, foi ministro de Estado e ministro dos Negócios Estrangeiros e ministro da Defesa, representa Portugal no mundo, e, em particular, representa também Porto de Mós no mundo, e faz muita questão de se envolver neste processo, dos cinquenta anos do vinte e cinco de abril. São questões de somenos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importância. Também concordo que não deve haver aqui confusões, não deve aqui haver más interpretações, mas, sobretudo sobre esta situação importante que é o assinalar os cinquenta anos do vinte cinco de Abril, ela é institucional, e nós não abdicamos disso, ela é institucional, e sendo institucional em nenhuma circunstância, deve ser assunto de análise, discussão e decisão, e eu friso, e decisão, em conversa de café. É muito mais do que isso. O vinte cinco de Abril tem de ser muito mais do que isso. Era o que eu queria dizer. O Vice-presidente acompanhou de perto, se senhora Presidente a autorizar, provavelmente quererá dizer alguma coisa, se o quiser fazer, está à vontade.

-----Senhor Vice-presidente:

-----Cumprimento a senhora Presidente, e na sua pessoa, todos os presentes. Relativamente ao que o senhor Telmo Conceição aqui apresentou, ele acabou por fazer só a parte introdutória da questão. Esqueceu-se do conteúdo e do recheio, da obra completa. Porque, o senhor Telmo da Conceição apresentou um projeto e sim, foi objeto de análise. Esse projeto fazia parte de um complemento de três anos. A perspetiva que o senhor Telmo tinha na altura, é que este monumento fosse inaugurado este ano e, por isso, já tinha encetado conversações com a Comissão do vinte cinco de Abril, nomeadamente com o Dr. Pedro Adão e Silva que atualmente, até é Ministro da Cultura, e o Município de Porto de Mós manteve esta ligação. Para nós, não fazia sentido estar a inaugurar este ano, quando daqui a três anos fazia cinquenta anos. Então sim, nesse momento, seria o culminar de toda esta estratégia, de todo esse envolvimento e faríamos a inauguração do monumento. Foi combinado com o senhor Telmo da seguinte forma: o monumento tem um conjunto de peças distribuídas, e então algumas das peças que estão a ser produzidas nas pedreiras, iriam fazer parte desta exposição itinerante que temos no concelho, chamando a atenção já para o produto final. O senhor Telmo da Conceição tinha uma pedra que seria, uma das pedras a colocar nesse monumento, que ficaria em sua casa, e a parte de um militar, que estava a ser produzido pelo Paulo Honorato, ficaria no Hall da Câmara Municipal, uma vez que fazíamos o hastear da bandeira, então faria sentido também, chamarmos a atenção para o momento e para o monumento. O que acontece neste espaço de tempo, é que o Município de Porto de Mós passou uma requisição ao autor desta peça. E aqui o senhor Telmo, não falou. Esqueceu-se desta parte. Por omissão, não, porque eu sei que o autor já teve oportunidade de lhe transmitir este facto. Portanto, o Município de Porto de Mós passou uma requisição e estava em condições de pagar. Estranhámos foi realmente o facto de esta peça estar colocada no seu jardim. E aqui eu tive a oportunidade de lhe ligar e perguntar o porquê, quando não era nada desta situação o que estava combinado, e à qual o senhor Telmo não me respondeu ou não me soube responder. O que aconteceu aqui, e para nós, e por isso é que isto é um processo coletivo, não é um processo individual e houve aqui, na nossa perspetiva, uma utilização indevida, uma vez que, a estratégia, o desenho, a conceção, passou pelo senhor Telmo e passou por um conjunto de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais pessoas, mas, a partir do momento em que este monumento é disponibilizado para bem público, não faria sentido para nós, estar a ver uma pessoa, enquanto individual, a utilizar-se dele, e por isso, a minha justificação de não ter ido ao ato, porque não faria sentido estar a pactuar com uma situação que não era justa. Por isso, o que é que vai ser no futuro? O futuro também não sabemos como é que vai ser, porque as regras foram alteradas, a peça está alterada, e o monumento está alterado. Portanto, é uma questão de bom senso. Da nossa parte, nós estamos receptivos, mas a verdade tem que ser dita e tem que ser dita no seu todo, não pode ser a prestações. Não podemos estar aqui a querer fazer estes atos isolados, emolados, pondo em causa também o município, uma vez que o município sempre foi parceiro e sempre se mostrou disponível, e, aliás, inclusivamente agora com a nova Comissária, que até é de Leiria, já recebemos indicações de que estamos na linha para poder integrar esta Comissão e para poder fazer esta homenagem ao longo desses três anos. Portanto, é um momento em que temos que refletir em conjunto, temos que analisar e temos que ver se se enquadra ou não no projeto que nós tínhamos, para a conclusão final da homenagem dos cinquenta anos.-----

-----**Senhora Presidente da Assembleia Municipal:**-----

-----Chegou à Mesa agora, um voto de solidariedade para com o povo ucraniano, assinado, pelas três bancadas de deputados municipais, pelo PS, PSD pelo Chega:-----

-----"Os membros da Assembleia Municipal de Porto de Mós condenam veemente qualquer forma de agressão, seja ela de que natureza for. Consequentemente, repudiam a guerra instalada pela Rússia contra a Ucrânia e o Povo Ucraniano. Nada justifica a invasão do Estado soberano da Ucrânia, ocorrida no dia vinte e quatro e dois mil e vinte e dois. Esta guerra ofende os direitos fundamentais de qualquer ser humano e atinge a segurança, a estabilidade da Ucrânia, da Europa e do Mundo. Lamentamos e condenamos a perda de vidas e o sofrimento humano do Povo Ucraniano. Apelamos para que cessem imediatamente as hostilidades e que as forças agressoras abandonem o território Ucraniano e respeitem a soberania e a independência da Ucrânia. Manifestamos a nossa solidariedade a todo o Povo Ucraniano e, em especial à comunidade de Ucranianos que escolheram a nossa terra para viver e trabalhar, com os quais estamos solidários nesta hora difícil. Os membros desta Assembleia Municipal propõem a aprovação: de um voto de solidariedade ao Estado e população ucranianas e à comunidade Ucraniana em Portugal; Apelo ao Governo Português no âmbito da sua política externa, continue a exercer o seu magistério de influência, para resolução diplomática deste conflito; Apelo para que o Governo Português, no âmbito da política de acolhimento de refugiados, crie de forma célere, as necessárias medidas para receber todos os que pretendam instalar-se em Portugal. Prestar homenagem às vítimas deste trágico conflito, com um minuto de silêncio. Solicita-se seja enviado presente voto de solidariedade à Embaixada Ucraniana em Portugal, ao senhor Primeiro-ministro e à comunicação social."-----

-----Questiono quem vota, contra esta este voto de solidariedade, quem se abstém?

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aprovado por unanimidade. Vamos então proceder a um minuto de silêncio. -----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA :**-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação das atas das sessões anteriores:**-----

-----Seguidamente a senhora Presidente colocou a votação a **ata nº 6 de 2021**, realizada em dezassete de dezembro, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. Seguidamente, colocou a discussão a **ata nº1** da sessão ordinária da Assembleia Municipal do concelho de Porto de Mós realizada em onze de fevereiro de dois mil e vinte e dois, tendo a deputada municipal, Cristina Rosa, referido que na ata em causa, se encontra lá transcrita a sua intervenção, não obstante não se encontrar referido o seu nome, e pedindo a correção da mesma. Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente colocou-a a votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. Por fim, colocou a votação a **ata nº 2** da sessão extraordinária da Assembleia Municipal do concelho de Porto de Mós, realizada em onze de março de dois mil e vinte e dois, tendo a mesma sido, igualmente, **aprovada por unanimidade**.-----

-----**2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----**Luis Miguel Louro Ferraria (Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento – PS):**-----

-----Os meus cumprimentos a todos os membros da Assembleia, ao executivo municipal e todos os presentes. Tenho aqui três pontos, vou ser breve. No passado dia dezanove de Janeiro foi enviado um e-mail onde informámos o nome das ruas onde é necessário colocar alcatrão devido à quantidade de buracos nas respetivas vias. Este e-mail foi novamente reenviado a vinte cinco de Março, não tendo obtido resposta. A minha questão: quando é que o município pensa colocar lá o alcatrão, pelo menos naqueles sítios? Tal como no mesmo dia dezanove de Janeiro, também foi preciso enviar um email a solicitar a sinalização vertical, indicando os locais em falta e ao qual também não obtivemos resposta. Também aqui questiono, para quando uma solução para esta situação? Questiono também para quando está prevista a resolução do problema das infiltrações de água, no polo desportivo de São Bento, pois, quando da visita do senhor Vereador Marco e do senhor Vice-presidente Eduardo Amaral, segundo os mesmos, o problema seria das telas de alcatrão, de estarem descoladas, rotas e de serem antigas, com precisão de serem substituídas, mas até hoje continuamos à espera da sua substituição, e estão a infiltrar água para a própria central do ar condicionado. Por último, o velho problema da falta de rede móvel e a dificuldade que os protocolos criam na instalação das novas antenas. Já falei isso com o senhor Presidente, e acho que o senhor Marco não estava presente, e como é que nós conseguimos fazer isto? Se só conseguem instalar as antenas dentro da zona urbana e a Câmara só deixa cem metros fora da zona urbana. Não está fácil de resolver este problema. Eu acho que os protocolos deviam ser um bocadinho mudados, Não tenho mais nada a dizer. Obrigado a todos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Liliana Carvalho Pereira (PSD):**-----

-----Boa tarde a todos. Na pessoa da senhora Presidente considerem-se todos cumprimentados. Eu tinha duas questões aqui muito rápidas. Uma era no seguimento da minha intervenção na penúltima Assembleia, em relação ao serviço que estava relacionado com o ATL. Uma das coisas que foi referido a seguir, era que o município está em conversações com as IPSS's, para verificar o que é que iria fazer e uma tentativa de uniformizar aquilo que era prestado a todas as freguesias, para que fosse igual. Mas depois ao mesmo tempo, foi dada uma resposta em que a solução não deverá ser a preconizada pelo PS, que seria criar aqui alguns apoios, a todos os pais e não só em algumas freguesias, mas depois também se refere em estender todo este apoio, ao Concelho. Por isso, queria saber então o que é que será comunicado com outras IPSS's, para ficar tudo a ser assegurado pelas IPSS's e não pelo município, ou se efetivamente será dada alguma contrapartida nas outras freguesias, onde o município é que presta também este apoio. Uma segunda questão está relacionada com o término das aulas para o primeiro ciclo. As aulas, neste momento, terminam às dezassete horas, mas efetivamente a componente letiva termina às dezassete e trinta, sendo que, depois disso, os pais teriam quinze minutos, ou seja, poderiam ir buscar as crianças até às dezassete e quarenta e cinco. Como surgiu a situação do Covid houve uma necessidade, por causa de agilizar toda a parte burocrática quer, em termos de limpeza, desinfeção das salas e todas as zonas comuns, e foi solicitado aos pais que já não haveria esses quinze minutos de tolerância, e que eles tinham que as ir buscar sempre às dezassete e trinta. Tendo em conta agora que houve agora este alívio das medidas e que, se calhar, a parte da higienização e limpeza mantém-se, mas não de forma tão afinçada, gostaria de saber quando é que vamos então poder novamente ir buscar as crianças às dezassete e quarenta e cinco, porque, no caso de alguns pais que saem dos seus empregos às dezassete e trinta, esse quarto de hora faz toda a diferença. É só, obrigada. -----

-----**Félix Correia dos Reis (PSD):**-----

-----Boa tarde. Na pessoa da senhora Presidente desta Assembleia Municipal, doutora Clarisse Louro, cumprimento todas e todos os presentes. A minha primeira questão era sobre as setenta pessoas que chegaram da Ucrânia, mas considero-me satisfeito e gostei muito de ouvir alguém a dizer que estão bem integrados, estão satisfeitos, nós agradecemos. Um louvor pela forma como decorreu a cerimónia do vinte cinco de Abril. Estive presente e gostei muito. Foi muito bonita, foi sincera, foi esclarecedora para mim. Parabéns à Câmara, a todas e a todos que trabalharam, e que vão trabalhar ao longo destes dois, três anos, para que em dois mil e vinte e quatro os cinquenta anos do vinte do vinte cinco de Abril, sejam o culminar da festa da democracia e da liberdade conquistadas em mil novecentos e setenta e quatro. Não posso, entretanto, deixar de cumprimentar, um cumprimento especial ao nosso conferêneo, o historiador, Kevin Soares, portomosense, que está e irá coordenar estes anos, as comemorações alusivas ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vinte cinco de Abril, até dois mil e vinte e quatro. As exposições sobre o vinte cinco de Abril, a que se juntaram as dez freguesias do concelho, foi, na minha opinião, uma ideia muito feliz. Movimentar as pessoas e incentivá-las a participar, a partilhar documentos, imagens, ou outro tipo de espólio, alusivo ao vinte cinco de Abril, vai certamente ajudar-nos a todas e a todos, a aprender, a recordar, e a interiorizar, os valores do vinte cinco de Abril, valores que são a democracia e a liberdade. Valores esses, que convém recordar, não esquecer. Não estão garantidos. O Senhor Presidente, já o referiu, mas eu vou dizer que gostei muito de o ouvir dizer que o vinte cinco de Abril não é da esquerda, não é da direita, e nem do centro. É do Povo. Concordo plenamente com essa expressão, parabéns. Por último, mas não menos importante, queria fazer a minha pequena homenagem a uma conterrânea minha, nossa, pois nasceu no Alqueidão da Serra, a Dr^a Margarida, que foi a última Presidente da Associação Urgente. Quem conheceu a Margarida, a Guida, como carinhosamente era conhecida, conheceu uma mulher, que aparentemente frágil fisicamente, era, sem dúvida muito forte, de convicções, determinada, humilde e com um coração tão grande que cabiam todos e todas. Demonstrou isto tudo, enquanto Presidente da Associação Urgente, na sua/nossa luta pela saúde, onde, na opinião dela deveriam caber todas e todos do concelho. Não tenho dúvidas que muito contribuiu para que esta tarefa, fosse a de melhorar a saúde do nosso concelho, tarefa que cabe a todos nós ajudar a construir e a melhorar. Muitos de nós já a homenagearam em vida, estando ao lado dela nesta luta da Saúde. Por tudo o que foste Margarida, pelo exemplo, determinação, humildade e, principalmente pelo coração, onde cabiam todas e todos, o meu muito obrigado.-----

-----**Cristina Maria Braz Ferreira Rosa (PS):**-----

-----Cumprimento, a senhora Presidente da Mesa e na sua pessoa todos os presentes. Queria dirigir a minha questão ao senhor Presidente da Câmara. Nos últimos tempos circulou uma notícia, que trago aqui, para que dê o seu testemunho, se é verdade, se não é, e qual é o ponto de situação, que tem a ver com a intenção de uma empresa de capital espanhol que terá contactado a Câmara Municipal no sentido instalar um parque fotovoltaico, na freguesia do Juncal, nuns terrenos de algumas dezenas de hectares, situados entre parte norte da vila do Juncal e a Cruz da Légua, em contacto também com as aldeias de Vale de Água, Chão Pardo, Andam. Antes de saber a sua resposta, gostava de o sensibilizar para que os parques fotovoltaicos quando substituem zonas de floresta, no caso de pinheiro bravo e eucalipto, comportam impacto negativo, que é negativo quer para o setor florestal, mas também para a biodiversidade do território, colocando em causa ecossistemas, paisagens e a qualidade de vida das populações. É um contrassenso destruir áreas florestais para instalar painéis fotovoltaicos, para está-se a eliminar uma forte potenciadora de armazenamento de carbono. A promoção de energias renováveis faz todo o sentido, sempre associadas a critérios rigorosos de sustentabilidade que contribuem para a descarbonização, que não coloquem em causa a sustentabilidade, o bem-estar e o crescimento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das populações, que será o caso. A Vila do Juncal só pode crescer para este lado e, portanto, a população precisa de ter uma resposta do senhor Presidente, se houve algum contacto e em que ponto é que está esta situação.-----

-----**Dulce Maria Amado Custódio (PSD):**-----

-----Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes aqui e em casa. Ainda sobre Abril, vou falar de dois dos principais pilares, ou melhor, vou relembrar a saúde e a educação. Como todos sabemos, ainda estão muito longe do que foi sonhado nesses anos de esperança que se viveu na altura, que se seguiram ao vinte cinco de Abril. Ainda hoje, passados quarenta e oito anos, assistimos a constantes fracassos nestas áreas no nosso concelho, principalmente, e alguns até com toques, ou mesmo tiques, ditatoriais. Venho falar-vos de um exemplo concreto que tentei resolver no sítio certo, e que não consegui. A semana passada realizou-se uma assembleia geral de encarregados de educação e inexplicavelmente, houve escolas que não tiveram conhecimento e, como tal, os pais não foram contactados. Esta assembleia visava eleger os representantes dos pais e encarregados de educação para o Conselho Geral da nossa escola pública, portanto, de toda a escola pública do nosso concelho. Como vos disse, tentei resolver ou obter explicações no devido sítio local, e ainda, até à data, não obtive qualquer explicação para o que sucedeu. Não foi isto que se sonhou em setenta e quatro, portanto, o respeito, a solidariedade, a justiça, não foi isto. Há, por isso, um caminho a percorrer para se conseguir respeitar tudo aquilo que foi pensado, e que toda a gente e que tanta gente trabalhou e continua a trabalhar, acima de tudo, com mais transparência e mais respeito. Na saúde, não vale a pena falar, já vimos o estado em que está. Também para lá caminha. Por isso, para mim, o vinte cinco de Abril, é uma data que cada vez mais faz sentido celebrar e festejar. Este ano tive honra de o fazer aqui na Casa da Democracia, enquanto deputada municipal. Contudo, foi com alguma tristeza e espanto que constatei que convidámos os portomosenses para virem à Casa que nós representamos, e alguns de nós, que fomos eleitos democraticamente, porque houve o vinte cinco de Abril, nem se dignaram a vir aqui, nem mandaram representantes. É este o exemplo que queremos dar a quem convidamos? e é este o exemplo que queremos dar nesta Casa? Eu acho que não. Meus caros, é cada vez mais importante pensarmos nas nossas ações como um exemplo. Faz sentido continuar a celebrar Abril, não noutros lados, noutras festas, noutros quintais, não. É aqui, como disse o Presidente da Câmara, e eu subscrevo inteiramente. É aqui nesta Casa, porque, definitivamente a luta tem de continuar. Muito obrigada.-----

-----**Rui Augusto Pereira Neves (PS):**-----

-----Senhora Presidente da Assembleia, os meus respeitosos cumprimentos, extensivos a todos quantos se encontram aqui na sala, independentemente da situação ou da função em que estão. Senhor Presidente da Câmara, eu li atentamente as suas declarações bem como as do seu partido,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como é meu dever, nomeadamente, o comunicado após a nossa posição, a posição tomada pelos deputados da minha bancada, na última sessão extraordinária da Assembleia Municipal. E o que me apraz dizer-lhe é o seguinte: a vitimização é uma coisa muito fácil. A forma como o senhor fala dos seus elevados atributos para conduzir estes processos, quer na saúde, quer na ação social, quer na educação, são de registar. Nessa mesma sessão, e eu já voltarei atrás, registo também o tom mais uma vez, de um Presidente de Junta eleito pelo Partido Social Democrata em questionar os Vereadores do Partido Socialista. Eu nunca tinha visto isto. Ando aqui há trinta anos nisto e nunca tinha visto perguntar, claro que estes senhores, sem direito de resposta, a perguntar o que é que os levou a mudar de posição. Os órgãos são completamente diferentes. Nós estamos na Assembleia. A Assembleia, é um sítio, o órgão executivo é o outro, e com certeza, tiveram ou travaram das suas razões. Agora, vir para aqui fazer perguntas dessas, em tom inquisitorial, é que não. Mas olhe, eu já agora, mas eu sou deputado e deputado é para todo o concelho, faço-lhe esta pergunta: que acréscimo de serviço ou de competências teve o senhor na área da sua Junta, que o levou a pedir um aumento da sua subvenção mensal? É legal, isto é perfeitamente legal. A que acresce ainda o ordenado mínimo que a administração das Grutas lhe dá. Olhe, estes bónus para quem tinha tantos escrúpulos, enfim, há quatro anos ou quatro anos e meio em entrar para a política enfim, eu adivinho aqui alguma conveniência e, enfim..., mas isto é tudo legal, tudo legal, portanto, nem sequer ponho isto em dúvida. Mas retomemos o tema da Saúde, que determina toda esta escalada verbal que, inclusivamente no discurso do vinte cinco de Abril, eu, enfim, já ouvi aqui alguns elogios, eu não era capaz de ter feito o discurso que o senhor fez, embora no formato esteja de acordo, mas vir numa data que é de concórdia, uma data que é de todos, vir trazer a ferreiro, coisas que são próprias da Saúde, e do seguro, e dos médicos, e etc.. Eu sei que são questões, mas estas datas são, de facto, normalmente, e de comum acordo, são de celebração em conjunto e não para dividir as pessoas, mas, enfim, terei que aceitar, obviamente. Eu considero aquilo um manifesto total, tipo Anti-Dantas, ou Eça de Queirós não faria melhor. Ao não aceitar a delegação de competências, acho eu, perdemos todos nós, e daí a razão, porque se o senhor, aceitasse, a delegação de competências, o senhor obrigava a administração sentar-se consigo. Não havia razão nenhuma, absolutamente nenhuma, para que os representantes da Saúde, da Educação e da Ação Social não se sentassem, consigo à mesa. Eu não tinha sequer dúvidas nenhuma. Eu acho que o senhor prefere movimentar-se nos bastidores, enfim, agitar pessoas insatisfeitas, Eu agora ponho aqui a questão mais uma vez, por exemplo, na Ação Social, eu nem quero puxar coisas que foram feitas no meu tempo, quando olho para o município que faz as coisas, e que vê a ação social em termos caritativos, e caridosos, que, por um lado, é importante, mas, por outro lado... olhe, lembro-lhe de como é que o que o CASSAC se formou. Foi feito um diagnóstico. Onde é que existe isto no município? O programa PARES aprovou duas falhas que a ação social diagnosticou, que foi o CAU e a e a creche, o Hospital da Santa Casa, o Centro de Reabilitação, Estas coisas foram feitas, são obras que ficaram. E, portanto, a facilidade com que muitas vezes lhe foge o pé

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a chinela, é uma chatice, é mais fácil, é mais fácil falar como como fala, mas enfim...
Obrigado.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Boa tarde a todos. Senhora Presidente, na sua pessoa, cumprimento colegas da Mesa, os senhores vereadores, executivo, os colegas deputados municipais e comunicação social. Eu não venho fazer uma intervenção para criticar aquilo que o senhor Presidente da Câmara costuma dizer, mas venho aproveitar uma frase que disse há pouco, que tem a ver com o facto de uma determinada médica que estava no Centro de Saúde e, portanto, a questão é mesmo a questão da Saúde, se ter passado do Centro de Saúde para a clínica ao lado. Penso que foi isto que o senhor Presidente referiu. E porque é que isto aconteceu? Provavelmente porque na clínica lado lhe deram melhores condições do que ela tinha no Centro de Saúde. Quis o destino, que essa médica fosse a minha médica de família, o que significa, que eu deixei de ter médico de família. É aqui que entronca a questão do plano de saúde. Eu não preciso do plano de saúde para nada, porque eu tenho-o. Portanto, eu, como não tenho médico de família, sempre que tenho um problema, eu ou a minha família, recorro ao plano de saúde que tenho, e aos prestadores privados, e pago. Pago menos, porque tenho um plano, mas pago. O problema não está aí. O problema está, é que mesmo pagando, eu tenho aqui um problema para resolver a seguir, porque eu vou ao médico privado e ele passa-me um raio-x, uma ecografia, uma colonoscopia, ou outro exame qualquer para fazer, e obriga-me a ir ao Centro de Saúde. Quando tinha uma médica de família, eu deixava essa requisição passada pelo médico privado no Centro de Saúde, não precisava de estar lá à espera. No outro dia, ou três dias depois, ia levantar a respetiva credencial. Sabem o que é que acontece agora, que eu não tenho médico de família? Eu não posso lá deixar a requisição. Eu tenho que ir para lá, presencialmente, uma tarde inteira, na expectativa de que tenha a sorte de ser atendido e conseguir obter a credencial para fazer os exames. A primeira questão que eu gostava de sugerir, era que procurassem articular com o Centro de Saúde, uma coisa que é óbvia, até para o Centro de Saúde e para o sistema de saúde. Então se eu estou a aliviar o sistema saúde nacional público ao ir a um prestador privado, por que razão é que me obrigam depois, a estar um dia inteiro, ou uma tarde inteira, no Centro de Saúde, para me passarem a credencial. Quando antes eu tinha médico de família, não era necessário, e agora nem médico de família tenho obrigam-me a estar lá. Isto não faz sentido. Isto devia ser exatamente ao contrário, porque tomaram eles que a gente não vá lá às consultas, porque não têm capacidade de resposta e que vamos todos aos privados, aqueles que têm possibilidades de ir, e que felizmente, é o meu caso. Portanto, eu acho que falta, para além de faltarem médicos como é óbvio, e profissionais de saúde, depois falta aqui o bom senso também, no meio disto tudo. Eu pedia, que a Câmara, dentro do possível, procurasse sensibilizar o Centro de Saúde, para continuar a funcionar como funcionava antes, e não como está a funcionar agora, porque não há nenhuma razão para isso. Este é o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

primeiro ponto, O plano de saúde pode dar uma ajuda, eventualmente nas consultas, para ficarem mais baratas, e para irmos a prestadores privados, mas depois as pessoas têm este problema no Centro de Saúde em eventualmente, obter qualquer credencial que seja necessária. Nós temos falado aqui muito nesta questão da Saúde, já se percebeu que isto não é um problema de Porto de Mós, antes fosse, porque era sinal que estava a correr bem em trezentos e sete municípios e, portanto, o único que faltava resolver, era este, e mais cedo ou mais tarde ia ser resolvido. Não é o caso. Nós temos um défice enorme de médicos de Saúde Familiar, principalmente médicos de família, e, portanto, isto não se vai resolver rapidamente, e eu aqui queria fazer uma sugestão. Esta médica saiu do Centro de Saúde e foi para a clínica ao lado, como disse há pouco, porque certamente na clínica ao lado, lhe deram melhores condições, e eu acho que está na altura da Câmara, elaborar um regulamento de apoio à contratação de profissionais de saúde. Se for necessário, a estadia, a habitação, que englobe eventualmente alguma prestação de serviço, que seja um complemento àquilo que é a eventual remuneração, que essa médica ou que esse médico possa ter no Centro de Saúde, e torne dessa forma mais aliciante, a captação de médicos. E se for necessário ir à Ucrânia, se houver lá, eventualmente ainda, quem queira fugir da guerra, e esteja nessa disposição, ou em Cuba ou noutra sítio qualquer, divulguem essas condições. Outros municípios já o estão a fazer, e era conveniente, se calhar nós irmos por essa linha também, porque já se percebeu que estes profissionais começam a ser disputados palmo a palmo, e quem lhe oferecer melhores condições, obviamente, é onde eles se vão fixar. Um outro problema, eu ando pouco tempo em Porto de Mós, porque faço a minha vida quase toda em Lisboa. Mas cada vez que ando em Porto de Mós, ando irritado. Irrito-me com frequência. Irrito-me mais em Porto de Mós, do que me irrita no trânsito em Lisboa, que é caótico, e que é um calvário, porque há coisas que eu não consigo compreender como é que não se resolvem. Por exemplo, eu não concebo ficar bloqueado, como já fiquei duas vezes bloqueado, nem para trás nem para a frente, em frente ao Jardim de infância da Santa Casa da Misericórdia. E porquê? Porque não é possível três coisas ao mesmo tempo. Não é possível autorizar que as pessoas estacionem de um lado e do outro da berma, ficando apenas uma faixa ao meio, onde mal cabe um carro, e depois, ainda fazer ali manobras de paragem e estacionamento, para deixar as crianças no jardim de infância. Não é possível isto. Há dias em que aquilo bloqueia, e depois nem para trás, nem para a frente, já só falta andarmos à estalada, Das duas, uma: estacionamento ali para os pais irem levar as criancinhas, de resto, não é possível haver ali estacionamento, até porque há estacionamento gratuito, 50 metros mais abaixo. Convinha resolver ali, como convinha resolver ao pé das Finanças, já agora. A seguir às Finanças, não é possível estarem carros ali estacionados. Eu já apanhei ali quarenta sustos, porque faço aquela descida e, de repente, alguém vem a ultrapassar, os carros estão estacionados e dá de caras comigo. Portanto, a sugestão que eu dava, era não haver estacionamento no sentido de quem sobe, logo antes das Finanças. Mesmo para terminar, está identificado um problema na rua da Cooperativa e da Escola Secundária. Está identificado há

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anos. Falámos aqui nisto nos mandatos anteriores. Estamos todos de acordo de que aquela rua não pode ter só um sentido, tem que ter saída. A questão que coloco é, o que é que foi feito nesse sentido, porque não é uma situação que se resolva de um dia para o outro, mas tem que se começar a dar passos nesse sentido, porque se não continuamo-nos a queixar, a identificar o problema, mas ele nunca mais é resolvido, e, portanto, gostava que o executivo me dissesse o que é que eventualmente já desenvolveu na perspetiva de virmos a ter essa obra um dia concluída. Obrigado."-----

-----**Senhora Presidente da Assembleia Municipal:**-----

-----Usando da palavra passou a alertar os senhores deputados para o cumprimento dos tempos de intervenção, disponíveis para cada bancada. Seguidamente disse que iria usar da palavra na qualidade de deputada municipal, eleita pelo Partido Social Democrata, ausentando-se da Mesa e sendo substituída pelo seu 1º Secretário.-----

-----Muito boa noite. Para quem nos ouve, a lei confere aos senhores Presidentes da Mesa da Assembleia, usar da palavra para intervenção política, desde que saiam da Mesa da Assembleia e sejam substituídos pelo Secretário da Mesa, o que acontece neste momento, dado estar a ser substituída pelo 1º Secretário António José Jesus Ferreira. Pelo exposto, irei usar da palavra na qualidade de deputada eleita pela bancada do PSD. A minha intervenção está relacionada com a declaração de voto do grupo de deputados eleitos pelo PS, contra a proposta de não-aceitação da transferência de competências no âmbito da Saúde para os órgãos municipais. A votação contra a proposta de não-aceitação da transferência de competências, do Partido Socialista, é uma opinião que respeito e aceito, como não poderia ser de outra forma, ainda há pouco celebrámos o vinte cinco de Abril que nos trouxe liberdade de opinião e de expressão. A declaração de voto com o seu conteúdo, é que me impõem esta intervenção, em nome do esclarecimento e da verdade, porque, na realidade, essa declaração de voto é toda ela, e que me desculpem, uma confusão. Não sei se por desconhecimento ou por má-fé política. Se for por má-fé, é para a denunciar, se for por desconhecimento, é para esclarecer a Assembleia e quem nos ouve. Começa essa declaração de voto por referir que, não é por votar contra que não reconhece que há falta de médicos no concelho e no resto do país. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. As competências que se pretendem transferir, não têm rigorosamente nada a ver com a falta de médicos. Neste, como em qualquer outro concelho, os problemas que estão na origem da falta de médicos não se resolvem, nem têm qualquer relação com as competências a transferir. As competências a transferir, independentemente de serem agora aceites ou impostas incidem exclusivamente, na gestão dos equipamentos, dos edifícios, na sua manutenção e conservação, na gestão dos trabalhadores inseridos na carreira de assistente operacional e na realização de investimentos relativos a novas unidades da prestação de cuidados. Nada tem a ver com a formação e a gestão de recursos humanos, profissionais de saúde ou técnicos de saúde,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nem com a gestão administrativa, técnico-científica do processo de prestação dos serviços de saúde. Não aceitar essas transferências de competência não gera atritos de qualquer ordem. A não ser que, em vez de atritos, os senhores queriam dizer retaliação. Mas então chamemos as coisas pelos nomes, e digam expressamente que o Governo age dessa forma, retaliando contra quem dele discordar. Não me parece, na minha modesta opinião, que o Governo aprecie, quem, entre os que o apoiam, como será o caso, os exponha desta maneira. Aceitar ou não aceitar essas transferências de competências, não tem nada a ver com o processo de instalação de Unidades de Saúde Familiar. Dizer, e passo a citar, "que é importante que o município aceite, quanto antes, a transferência de competências, por forma a beneficiar o delineamento das Unidades de Saúde Familiar a criar no concelho" é simplesmente ininteligível. A criação de unidades de Saúde Familiar, que é uma realidade a funcionar e com sucesso na maior parte dos concelhos que são limítrofes, parte dos próprios profissionais de saúde, só, única e exclusivamente e do Governo, de mais ninguém. No nosso, esse processo tem sido bloqueado ao longo de anos por parte de alguns profissionais decisivos, que o deviam ter promovido e não o fizeram. Tenho pena que durante 17 anos, e tenho muita pena, governados no concelho pelo Partido Socialista, com decisores médicos socialistas no concelho, não tenham sido criadas as tais Unidades de Saúde Familiar tão desejadas hoje, à semelhança do que foi feito no mesmo concelho, com a criação de uma Unidade de Cuidados na Comunidade, de referência nacional. É que a política é pensar com estratégia e com conhecimento, hoje, mas sempre perspetivando o futuro. Gostava muito, mas muito, que nesta matéria não houvesse direita e esquerda, PSD, PS, ou Chega, fôssemos todos hoje, já que não foi feito antes, unânimes, na defesa de um Serviço Nacional de Saúde em Porto de Mós, que defenda os interesses da nossa população, que penso, que é o que todos os que aqui estão nesta Assembleia Municipal, todos nós queremos e desejamos.-----

-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS):**-----

-----Eu vou tentar também ser o mais breve e objetiva possível. Portanto, muito boa tarde a todos. Falando da questão da Saúde, que era uma das questões que eu tinha aqui para colocar. Há uns meses, foi feita uma reunião, promovida pela senhora Presidente da Assembleia, em que chegámos a um entendimento conjunto sobre um passo a tomar numa tentativa para a criação de uma USF, aqui em Porto de Mós. Obviamente que não cabe à Câmara nem à Assembleia fazê-lo, mas decidiu-se solicitar ao senhor Presidente da Câmara que promovesse uma reunião com alguns médicos do concelho. Na altura, falou-se de duas médicas que estão em Mira de Aire para tentar colher delas, disponibilidade ou não, para encetar esse processo. Gostava de saber, passados todos estes meses, se isso já foi feito, qual o ponto da situação. O Júlio, há pouco falava sobre a questão da Ucrânia e eu já lá vou também, eu trouxe na missão, e eu digo eu, porque vieram mesmo na minha carrinha, dois médicos da Polónia, dois médicos ucranianos. Eles não se adaptaram às condições que lhe foram apresentadas aqui em Porto de Mós, cada pessoa é como

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cada qual, solicitaram na altura ir para um centro urbano, e através da Segurança Social, penso que foram colocados no estádio em Leiria, e do que sei, também de informação prestada na altura pelo Presidente da Câmara, o assunto da equivalência deles, das competências deles em Portugal, para poderem exercer, estaria entregue ao ACES. Senhor Presidente, não sei se estou aqui a cometer alguma falha, mas como a conversa não foi comigo, não tenho os termos precisos. Eu gostava de saber qual é o ponto da situação, porque, entretanto também já saiu na comunicação social a possibilidade destes médicos exercerem medicina tutelada. Como eu estava a dizer, há a possibilidade de a Ordem dos Médicos facilitar esta situação dos médicos ucranianos poderem exercer em Portugal medicina tutelada, ou seja, acompanhados por um médico português, pelo menos até que o processo esteja concluído e eles aprendam a língua portuguesa. Eu gostava de saber qual é o ponto de situação, porque efetivamente, eu gostava muito que estes dois médicos viessem prestar os seus serviços em Porto de Mós. Relativamente a esta questão também dos médicos e daquilo que a Câmara pode fazer para contribuir ou para ajudar a que aqueles se fixem por mais tempo no nosso Centro de Saúde, quero corroborar tudo aquilo que o deputado Júlio disse, efetivamente algo que nós também fizemos em tempos, quando eu estava no executivo, portanto, oferecer algumas benesses, algo extra que o Serviço Nacional de Saúde não dá, e portanto, corroborando essa situação, estamos disponíveis para apoiar qualquer solução, nesse sentido. Falando da Ucrânia e da missão Ucrânia, parece-me que há aqui algum pudor em falar das mais de dez pessoas residentes e trabalhadores em Porto de Mós, que participaram nesta missão, que a organizaram, e da IPSS com sede em Porto de Mós, que o fez. Posso informar que trouxemos, não apenas as dezoito pessoas que aqui ficaram em Porto de Mós. Entregues ao Município ficaram dezoito, mais cerca de dez, divididas em famílias que já tinham cá, mas da Polónia e da Roménia trouxemos um total de duzentos e oitenta e quatro pessoas, sendo que, antes de saírem destes destinos, todos eles já tinham identificado onde iriam ficar e alguns já tinham também a situação em termos escolares e profissional, a começar a ser tratada, portanto, a missão foi um sucesso e é uma missão de Porto de Mós também enquanto comunidade, mas é uma missão de âmbito nacional. Obrigada.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Cumprimento a senhora Presidente, a Mesa, e todo o executivo, os colegas deputados, público. Eu queria só referir aqui duas ou três coisas acerca do vinte cinco de Abril. Não vou falar mais. Já muito foi falado aqui hoje, portanto, queria apenas referir a situação do livro que foi apresentado, Porto de Mós em duas Guerras, da autoria de José Conteiro, a quem dou os parabéns. Penso que é um trabalho com muita investigação e com muita recolha, sobre muitos portomosenses que estiveram envolvidos, na guerra e nas ex-colónias. As exposições que decorrem nas Juntas de Freguesia, nas dez Juntas de Freguesia, sobre histórias do vinte cinco de Abril, está de novo sob a coordenação do Dr. Kevin Soares, também já foi referido. Referir também aqui, eu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

penso que já voltámos aqui um pouco à normalidade, a Semana Santa que decorreu também com o espírito a que estávamos habituados anteriormente, portanto, penso que correu muito bem. As já anunciadas Festas de São Pedro, que estão aí também à porta, isto para revelar que, finalmente penso que estamos a voltar à normalidade, e esperamos que o pior já tenha passado em termos de pandemia e que as coisas corram conforme todos desejamos. Em relação a algumas obras, que já estão a decorrer, finalmente, temos a ALE e a Casa dos Calados, que já avançaram, portanto, são 2 obras que se arrastavam já ao longo do tempo, portanto, finalmente estão a avançar muito bem. Queria apenas perguntar aqui ao senhor Presidente, penso que a Central Termo-elétrica está praticamente pronta, que é um dos grandes investimentos deste executivo, que foi lançado inclusivamente pelo executivo anterior, e queria perguntar aqui ao senhor Presidente se tem alguma data, alguma perspetiva de quando é que este edifício entrará em funcionamento, assim como o posto de turismo, que também já está concluído. Portanto, se tem alguma data, alguma previsão para arrancarmos com a laboração destes dois investimentos que estão concluídos. Obrigado.-----

-----**Alcides Manuel Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire - PSD):**-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire, invocando o Regimento, pediu a palavra para exercer o seu direito de defesa da honra.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao anterior interveniente, pedindo que fosse sucinto, que passou a defender a honra, nos seguintes termos:-----

-----Demorarei o menos possível, senhora Presidente. Penso que, nesta Assembleia, A única pessoa que me pode mandar calar, como a qualquer um de nós, será a senhora Presidente da Assembleia Municipal, mais ninguém pode mandar calar. Em relação àquilo que eu tenho a dizer relativamente aos ataques que tive aqui nesta Assembleia, tenho a dizer o seguinte: eu nunca pedi nada a ninguém. O Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire nunca pediu nada a ninguém. O direito ao abono da remuneração pelo exercício em meio tempo, foi aprovado em sede de Assembleia da República. Logicamente, quer eu, quer os restantes Presidentes de Junta, se assim o entenderem, podem requerer o abono e o exercício a meio tempo. Relativamente à remuneração das Grutas, eu recebo, e o senhor deputado, caso não saiba, esta remuneração decorre do pacto social que foi assinado na altura da constituição da Sociedade das Grutas. E lá dizia que o Presidente da Junta de Freguesia ou quem for escolhido ou cooptado para integrar o Conselho de Administração, tem direito a receber um ordenado mínimo, que é o que está a acontecer e o que acontecia antes de eu exercer funções. Eu gostaria de saber, é o que é que era feito a essas remunerações que eram dadas anteriormente, aos executivos anteriores, porque no momento e desde que assumi funções, nunca usufruí de um centavo, relativamente a este valor. E porquê? Porque anualmente entrego um valor, como donativo, à Junta de Freguesia. Todos os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anos! Tenho a dizer-lhe que não usufruí de um tostão, de um tostão que seja. Contrariamente, e ainda, e faço ainda mais, assumo e pago, desse valor que recebo, algumas despesas que entendo que são úteis para a freguesia e que são do conhecimento de todo o executivo da Junta de Freguesia. Portanto, não me venha aqui a ensinar coisas como estar eventualmente, a pôr o dinheiro no meu bolso, porque não estou. Muito obrigado.-----

----- **Senhor Presidente da Câmara:** -----

-----Respondendo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Bento: O senhor mencionou o mail que mandou de facto, mas, entretanto, já teve oportunidade, inclusive, de reunir comigo sobre esta questão da sinalização vertical e das ruas. Para o alcatrão, nós temos um procedimento e para as ruas a serem alcatroadas para tapar os buracos, temos o contrato de fornecimento contínuo de alcatrão. Para alcatroar as ruas acontecerá quando fizermos o procedimento e dentro de um conjunto vasto de prioridades, porque, infelizmente, o concelho vai precisando de sempre de alcatroamento e nós temos dez freguesias a solicitá-lo. Relativamente à sinalização vertical, o nosso coordenador está a analisar a situação, e havemos de adquirir os sinais necessários depois de avaliada a sua colocação, para os instalar. Sobre as infiltrações de água na escola, eu penso que a situação já tinha sido identificada no passado, deve estar para ser resolvido agora, neste período em que não há aulas e que temos o tempo em condições para poder reparar. Relativamente à falta de rede móvel, dizer o seguinte: Não há nenhum protocolo sobre a rede móvel. O protocolo que assinámos extinguiu-se no final do ano passado, porque a Altice comprometeu-se de servir noventa e três por cento do concelho em fibra ótica. E só fala em fibra ótica. A questão do protocolo que falou, não existe. Nós não assinámos o protocolo nenhum, até porque o serviço básico de rede móvel, nem sequer é a Altice que tem obrigação de o fazer, quem o ganhou é outra operadora, a NÓS e, portanto, a NÓS não tem feito investimento no nosso território e é esse que, aparentemente é obrigado a servir a nossa população, com rede móvel. O problema que nós temos é que o PDM neste particular, exige que as antenas estejam a pelo menos cem metros dos aglomerados urbanos, portanto, têm que distar cem metros dos aglomerados urbanos. Isto é uma regra que já existia, uma regra que me parece que tem por base algo de científico, sobre eventuais prejuízos que possam causar para a população, e nós em São Bento em particular, não temos solo urbano fora de aglomerados para poder autorizar a construção da antena. Eu devo dizer que que cada vez que existe uma antena fora de aglomerado urbano, a cem metros de casas, mesmo estando fora do aglomerado urbano, temos contestação, as pessoas vêm contestar porque ninguém quer as antenas à porta, e, portanto, nós não podemos licenciar, não temos um instrumento de gestão que nos permita licenciar uma antena que não esteja nas condições e cumprindo as regras que o PDM determina. Portanto, esta é de base e, portanto, o protocolo aqui não existe. Não há protocolo nenhum sobre a questão das antenas. Naturalmente que nós estamos a tentar resolver o problema, estamos a tentar minimizá-lo, mas não tem sido

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

efetivamente fácil, sobretudo na freguesia de São Bento. Sobre a questão que a deputada Liliana que o colocou sobre o serviço ATL, estamos a preparar o próximo ano letivo. Temos esta questão em cima da mesa e, portanto, neste momento, não tenho outra resposta para dar, porque estamos a trabalhar nisso. Sobre as aulas do primeiro ciclo e aquela extensão dos quinze minutos, este é um tema que tem que ser tratado com o Agrupamento, e a Associação de Pais deve sensibilizar o Agrupamento no sentido de podermos ter este prolongamento dos quinze minutos, porque é efetivamente um assunto que tem que ser articulado no seu todo com o Agrupamento. Relativamente às questões que o deputado Félix colocou, só queria dar aqui uma nota que me parece importante, sobre a questão da Margarida Amado. A Margarida Amado foi uma lutadora, efetivamente, uma lutadora pela sua vida, mas também lutadora de causas, e teve sempre em cima da mesa, algo que nos é muito caro a todos, que é a questão dos cuidados primários de saúde. Nós perdemos a Margarida Amado, e aquilo que eu queria dizer é que, espero, sinceramente, que não percamos o importante papel que a Urgente, que tem desempenhado. Tem desempenhado um papel fora deste estrato da política, é uma associação legitimada pelo Governo, portanto, tem assento, e tendo assento, não só têm voz, mas tem também a possibilidade, antecipando-se ao próprio Presidente de Câmara, de ter a informação e participar nas negociações e, portanto, eu faço aqui um apelo para que a Associação Urgente tenha continuidade. Aqueles que não são associados, que o façam e sobretudo, que ela continue a ser uma associação abrangente a todo o concelho, para poder servir efetivamente os utentes de todo o nosso concelho. A deputada Cristina Rosa colocou uma questão, de facto, nós tivemos um pedido para a instalação de painéis solares. Este pedido, à primeira vista, O PDM prevê objetivamente naquele sítio, a instalação. Eu tenho o mesmo pensamento que a Cristina. Os parques fotovoltaicos, são muito importantes, as energias renováveis são fundamentais, já percebemos até porque estamos a viver aqui um drama complicado. Só que estamos aqui a destruir uma área florestal, O que é que nós fizemos quando o pedido entrou? Remetemo-lo para a CCDR, para a CCDR avaliar a questão do impacto ambiental. E, portanto, neste momento, já há cerca de uns meses, estamos a aguardar que a CCDR se pronuncie sobre a necessidade de um estudo de impacto ambiental. Isto porque, eu lembro, andámos aqui três anos, para conseguir aprovar um estudo de impacto ambiental para a área de localização empresarial de Porto de Mós, uma zona que não tem grande impacto, sobretudo, ao nível da floresta, não tem grande impacto ao nível dos recursos hídricos, e devo dizer que nos vimos aflitos, tivemos aqui desconformidades, inclusive, e, portanto, como nós respeitamos muito as regras, respeitamos muito a lei, mas não gostamos muito de que nos tentem fintar, para usar uma expressão mais popular, decidimos remeter para a CCDR, para avaliar aquilo que ali está e podermos eventualmente, ponderar de uma forma diferente, a possibilidade ou não, de vir a ser aprovado o parque, com aquela dimensão que foi pedida ou com outra menor. Volto a dizer, a questão da sustentabilidade e, sobretudo, a questão da floresta, para nós é muito importante, mas quero-lhe dizer também, que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não tenhamos a ambição de achar que nos próximos anos é para ali que o Juncal cresce. Porque o parque fotovoltaico, volto a dizer, objetivamente pode ser construído naquele sítio, mas nem uma casa de nove metros quadrados lá pode ser construída, e pior, não nos deixam alterar o PDM, porque aquela zona, é uma zona considerada de floresta. E, portanto, estamos aqui também, a viver um bocado este problema. Mas é verdade, nós não podemos pensar que se o Presidente da Câmara tiver boa vontade, consegue alterar o uso dos solos. Eu quero vos dizer que tive ontem uma discussão de concertação procedimental de alteração ao PDM de Porto de Mós, e a maioria das entidades são desfavoráveis a pequenas alterações, pequenos ajustes que identificámos como erros do PDM de dois mil e quinze e, portanto, vivemos constantemente neste conflito com as entidades, a maioria delas, que estão nos gabinetes, acham que exercem o poder desta forma e depois, temos grandes problemas, sobretudo, na gestão do território. Sobre a intervenção da Dulce Custodio, eu acho que, a estas cerimónias vem quem quer. Esse é o verdadeiro exercício da democracia, vem quem quer. Aqueles que agora não vêm, no passado, criticaram-nos a nós, porque não íamos. Resta-nos aceitar, como bons democratas que somos, este exercício da democracia. Sobre a intervenção do Dr. Rui Neves, eu respeito. Estou aqui, eu respondo assim, se estivesse outro Presidente do passado, respondia, como já me respondeu a mim, depois de uma intervenção muito menos assertiva sob o ponto de vista pessoal, do que aquela que o senhor fez. Ainda assim, eu quero dizer, que, sem dar sequer importância às palavras iniciais que teve, porque, de facto, não as considero, não as considero mesmo, sobre a questão da Saúde, da Educação e da Ação Social, nós na Ação Social concertámos com o Diretor da Segurança Social não aceitar, volto a dizer concertámos. Se falar com ele, ele até é do seu partido, provavelmente amigo, conhecê-lo-á e há-de dizer-lhe que, de facto, teve uma reunião comigo, connosco, e com outros presidentes de câmara e que decidimos trabalhar as coisas para que possamos aceitar em dois mil e vinte e três, portanto, a questão da ação social está ultrapassada. A questão da Saúde, eu nunca me vitimizei, porque as vítimas são os nossos utentes. Os nossos utentes é que não têm médico de família, como disse aqui, o Júlio Vieira. São mais de onze mil. Se os senhores acham que isto é normal, eu pessoalmente, não acho. Se o senhor acha que eu devo andar de bandeira, eu não ando. Eu, de facto, vou aos gabinetes. Eu, de facto, vou falar com as pessoas. Eu, de facto, vou pedir. E devo-lhe dizer que, em qualquer das circunstâncias, tanto na educação como na saúde, não foi a razão por nós não termos aceiteado a saúde, que deixámos de ser ouvidos, que deixámos de ser recebidos, e, sobretudo, que deixámos de continuar a manter a preocupação do outro lado. Porque existe. Porque existe, sobretudo na área da educação. Senhor deputado, nós temos uma lista das coisas da Saúde que vamos receber, e diz-se assim: ar condicionado, Centro de Saúde de Porto de Mós, inoperacional, carros, inoperacionais, uma série de equipamentos inoperacionais, computadores inoperacionais. Não sei quê, obsoleto. Eu pergunto à ARS, então quem é que arranja isto antes de nos entregarem? Ah, não, nós entregamos assim, vocês arranjam. Nós somos gestores de dinheiros públicos. Nós não andamos aqui a brincar com isto. Ainda hoje saiu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma notícia num jornal, em que o Estado, à Parque Escolar, paga cinco vezes mais do que se propõe pagar aos municípios. Nós já sabemos que somos o parente pobre disto, agora a este ponto de brincarem connosco, comigo, brincarão com o concelho de Porto de Mós, eventualmente com o senhor que não se importa, agora, nós recebermos a competência e ficarmos com aquilo que correspondia aos valores de dois mil e dezoito, que nem para meio ano da eletricidade chega para pagar, por amor de Deus! Nós temos que pensar naquilo que é o futuro da Educação no concelho de Porto de Mós, temos que pensar no investimento que temos feito, e sobretudo naquilo que é o futuro das nossas crianças. E isto não é demagogia! Isto não é demagogia, isto é a realidade que se está a passar, e está a passar-se, de uma forma geral, em todo o país. Infelizmente. Sobre a questão da parte do PARES, enfim, o PARES não abriu durante o anterior mandato, abriu agora no final do ano. E, portanto, nós nem sequer tivemos acesso. Fazemos reuniões de rede, portanto, não foi a saída do senhor, que levou a que este executivo deixasse de fazer reuniões de rede. Continuamos a fazer reuniões de rede, naturalmente, até porque, as temos que fazer. Tivemos candidaturas ao PARES e, naturalmente, que tivemos a avaliação por parte da rede. Sobre a questão que levantou o Júlio Vieira, de facto, nós em relação à saúde, vivemos aqui um bocado num colete de forças, porque não podemos contratar porque a Saúde não integra, não vale a pena. Podemos efetivamente criar aqui alguns benefícios, já os tentámos uniformizar em termos de Comunidade Intermunicipal. E nós temos esta dificuldade porquê? Porque não havendo consultas de intersubstituição, os médicos avançados que estão ao serviço em Porto de Mós, saem às cinco da tarde, e as consultas de intersubstituição iniciam-se exatamente às cinco da tarde e terminam às vinte horas. Não havendo médicos para fazer este serviço, essa parte das credenciais, que é o que vêm fazer as pessoas de Arrimal e Mendiga, que não têm médico, eventualmente do Alqueidão, quando não tinham médico, e as pessoas com os ficheiros aqui de Porto Mós. Neste momento, não havendo consulta de intersubstituição, naturalmente, temos aqui uma dificuldade muito grande, porque este serviço não é feito. O plano de saúde é uma ajuda, como disse e muito bem, fica curto em relação a essa questão, em particular, da necessidade das credenciais, eventualmente das baixas médicas, mas esta é uma questão que numa situação de normalidade, quer da USF que está a funcionar de uma forma normal, quer, sobretudo, na questão da UCSP, nós iremos tentar, naturalmente, que as consultas de intersubstituição se mantenham. Sobre a questão que Júlio Vieira colocou, nós estamos a iniciar um procedimento. Não queria dizer muito mais, mas já falámos com as pessoas por causa da rua da Escola. Algumas das pessoas aceitam, outras, não aceitam. Estamos a elaborar um documento. No limite, iremos para a expropriação, mas vamos abrir a estrada. Eu não sei muito bem qual foi a questão que a Dr^a Rita Cerejo me colocou, mas nós fizemos as reuniões, fizemos reuniões com uma médica e uma enfermeira, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, participou nelas, e, portanto, nós estamos no caminho para tentar, como disse e bem, estimular estes profissionais para avançarmos para a USF em Porto de Mós. Os dois médicos ucranianos, o processo é muito mais simples falado na comunicação social, do que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

efetivamente aquilo que está a acontecer. A Ordem dos Médicos não tem simplificado assim tanto a vida a estes profissionais. Eu tenho interagido com o Presidente da Câmara de Leiria sobre esta matéria. Um dos médicos é neurologista, portanto, ele quer seguir a profissão dele, nós aqui não temos essa essa essa especialidade, a outra médica é tentarmos depois que ela seja credenciada, ou com a possibilidade do ACES a reconhecer como tendo vindo para Porto de Mós. Termino com um bem-haja à Rita Cerejo, à Associação de Socorro Voluntário de São Jorge e ao Nuno Rebocho e a todos aqueles que foram à Ucrânia e voltaram, porque o merecem, e eu não tenho pudor nenhum, nunca tive, até porque a Rita estava em viagem e eu tive o cuidado de falar aqui nesta assembleia sobre a missão e a importância dela. Obrigado.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:-----

-----Eu na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, em nome de todos, quero saudar o senhor Presidente da Junta de Mira de Aire pelo seu octogésimo nono aniversário da elevação da Vila de Mira de Aire. Acho que estão de parabéns e agradecer o convite para a Assembleia estar presente nas comemorações. Também foram solicitados esta Assembleia, alguns documentos pelo senhor deputado Rui Neves, que penso, foram enviados a tempo. Homenagearmos em festa, as mulheres profissionais de saúde do nosso concelho, no dia vinte de Março. Foram as profissionais de saúde, das nossas unidades de saúde. Também a convite, estivemos presentes na Semana Santa. A Assembleia Municipal, como vem sendo hábito, participou nas comemorações do vinte cinco de Abril e eu aqui, também na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, gostava de saudar e congratular o Município, também já o fizeram, mas para ficar registado, pelo apoio que deu aos autores dos livros. Este ano foi publicado um livro, o ano passado publicámos um outro livro, e é extremamente importante que nós Município, nos preocupemos com as memórias, para que elas fiquem para as gerações futuras e, por isso gostava de congratular. A correspondência que veio para a Assembleia Municipal está disponível no local habitual. Na última Assembleia Municipal e porque era uma reunião extraordinária, não se falou nisso, mas realmente houve uma reunião com as líderes de bancada e comigo, para serem delineadas as estratégias de ajuda, na solução encontrada, para colmatar a falta de médicos de família no nosso concelho. Dessa reunião saíram várias estratégias, uma delas foi para se convocar uma reunião com alguns profissionais de saúde, médicos e enfermeiros, do nosso Centro de Saúde e foi isso que fizemos. Delegaram em mim, na qualidade de Presidente, e eu com a senhora Vereadora, fizemos isso, que depois se transmitiu ao senhor Presidente da Câmara. Já várias reuniões têm sido feitas ao longo do tempo, com médicos do nosso Centro de Saúde e com enfermeiros. Ainda não fizemos nenhuma com administrativos que também fazem parte, e que também é importante. Eu gostava de dizer muito sinceramente, que a nossa estratégia no concelho passa única e exclusivamente pela criação de Unidades de Saúde Familiares. É a metodologia que os nossos médicos novos querem, eles não estão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

preocupados rigorosamente nada, é evidente que todos nós gostamos de ganhar dinheiro, mas eles não estão preocupados com o dinheiro que ganham, eles querem uma metodologia nova trabalho e só as Unidades de Saúde Familiar é que lhe garantem essa metodologia de trabalho, portanto, estes incentivos do senhor Presidente da Câmara, de casa, de carro, ou seja o que for, não contam, porque os senhores doutores não querem. Eles querem uma metodologia nova de trabalho, querem trabalhar em Unidades de Saúde Familiar, que de acordo com o Governo, primeiro tem que ser modelo A, mas, de acordo com aquilo que o nosso Governo diz, especialmente a Ministra da Saúde, é que todas irão passar para modelo B, e o modelo B tem incentivos e tem incentivos monetários e os médicos de família, é isso que eles pretendem e os nossos também. Estão interessados. Irá ser criado. É uma estratégia que vai demorar algum tempo, mas só assim, e eu não estou a mentir em nada, há vários médicos interessados em vir para o nosso concelho. Médicos jovens, alguns do concelho que estão a terminar a especialidade de Medicina de Saúde Familiar, mas só vêm quando estiverem introduzidos numa Unidade de Saúde Familiar com a sua metodologia de trabalho própria. Gostava também de saudar, dando-lhe um bem-haja na Assembleia Municipal, a nossa deputada e líder da bancada, a Dr^a Rita Cerejo, por tudo o que fez nesta campanha com os nossos refugiados que vieram. Também uma palavra à senhora Vereadora e a todos aqueles que colaboraram na vinda dos cidadãos ucranianos para cá, tão bem recebidos, e que é para nós uma honra enorme. Posto isto, não tenho mais informações para dar e passaríamos então ao ponto dois da ordem de trabalhos.-----

----- 2. Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021: -----

----- Senhor Presidente da Câmara: -----

-----Em primeiro lugar, quero aqui manifestar o meu apreço e gratidão a toda a equipa de Contabilidade e do Gabinete do Presidente, nas pessoas do Dr. Rogério Nunes que aqui está, e do Pedro Vala, que, ao longo destes últimos tempos se empenharam a construir este documento. Os resultados são do ano anterior, mas o documento foi construído agora e pensamos que apresentamos um documento de fácil leitura, de fácil interpretação e, sobretudo, objetivo, como se pretende. As contas são o resultado do trabalho de um ano, o ano de dois mil e vinte e um, neste caso. Nós, no ano dois mil e vinte, quando apresentámos o orçamento, merecemos algumas críticas, porque o orçamento era empolado, porque o orçamento tinha prevista de despesa de capital, cerca do dobro daquilo que habitualmente o município executava. O que é facto é que no ano dois mil e vinte e um, e nós sabíamos-lo, tínhamos obras em curso, tínhamos projetos, tínhamos financiamentos comunitários, e as coisas acabaram por acontecer como prevíamos, com uma exceção, sobretudo uma, que foi o início da obra da Área de Localização Empresarial de Porto de Mós, que começou só este ano e que nós efetivamente contávamos que tivesse começado no último semestre de dois mil e vinte e um, acomodando aqui mais algum valor à despesa e porventura, à receita, porque, como sabem, é uma obra participada com fundos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunitários. Fazendo um resumo breve, não vale a pena ser muito exaustivo, o que eu queria dar nota, na receita corrente, tivemos cerca de um milhão e meio de receita a mais do que em dois mil e vinte, na receita de capital, mais setecentos e oitenta e seis mil euros do que em dois mil e vinte, e aqui muito por força do reforço de fundos comunitários. Na despesa corrente, tivemos mais quatrocentos e trinta e nove mil euros, que teve a ver com, entre outras, e quando digo outras, digo fornecimentos e serviços externos, mas digo também a atualização de saldo mínimo nacional, não tanto pelo saldo, porque nós até tivemos aqui menos trabalhadores e, portanto, acabamos por ter menos encargos com salários, mas os encargos com a saúde, os encargos com Segurança Social, com a ADSE, aumentaram com algum significado. Depois nas despesas de capital, aqui sim, como referi, nós tivemos mais quatro milhões e trinta e nove mil que resultam de obras e foi em termos concretos, a melhor execução de capital de sempre do município de Porto de Mós. Queria dar nota do seguinte: nós tivemos de receita de capital, dois milhões quinhentos e setenta e dois, portanto, a receita de capital a que corresponde uma transferência do FEF, que não é muito, mas sobretudo fundos comunitários, dois milhões quinhentos e setenta e dois, corresponde a menos de trinta por cento do valor total investido. A despesa de capital, como referi, foi de oito milhões seiscentos e quarenta e oito e, portanto, estes mais de setenta por cento de diferença, resultam essencialmente da transferência do saldo de gerência de dois mil e vinte a dois mil e vinte e um, mais de poupança de despesa corrente. E isto é, de facto, aquilo que está na base de uma gestão equilibrada, de uma casa como esta. Nós só conseguimos fazer obra, efetivamente, se tivemos capacidade para poupar na despesa corrente. E temo-lo feito, fruto de uma gestão muito cuidada, até porque estes oito milhões, seiscentos e quarenta e oito que realizámos de despesa de capital em dois mil e vinte e um, destes, ainda conseguimos transferir para o ano dois mil e vinte e dois, três milhões trezentos e sessenta e cinco, trezentos e dois, o que me parece bastante significativo. E nós quando falamos, destas despesas, destas receitas, podemos fazer algumas comparações que, de alguma forma, sustentam este equilíbrio. Nós temos este ano, menos do que vinte cinco por cento, de custos com recursos humanos, do que tivemos relativamente à despesa total. Portanto, na despesa total, foi menos de vinte cinco por cento, àquela que tivemos relativamente em recursos humanos. Nas despesas correntes, tivemos trinta, pouco mais de trinta por cento da despesa total. Nós corremos aqui, os anos anteriores, muitos para trás, e nunca baixou de trinta e cinco por cento. Conseguimos aqui um resultado que nos parece bastante equilibrado sob este ponto de vista da gestão das despesas correntes. Como disse, a despesa de capital atingiu trinta e nove por cento da despesa total, numa execução que ultrapassou os vinte e dois milhões de euros. E podemos fazer aqui ainda outro exercício. Em dois mil e vinte e um, nós tivemos de despesas correntes, e nas despesas correntes, colocamos a componente aquisição de bens e serviços e outras despesas, portanto, os chamados fornecimentos e serviços externos, tivemos seis milhões setecentos e vinte e oito, zero doze. Andámos este tempo todo a ser apontados como, gastávamos o dinheiro todo em festas, até estivemos quase falidos na boca de alguns, mas em dois

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mil e dezassete, volto a repetir, em dois mil e dezassete, os mesmos fornecimentos e serviços externos representaram de despesa para o município de Porto de Mós seis milhões novecentos e trinta e três, portanto, mais de duzentos mil euros do que nós fizemos em dois mil e vinte e um, e em dois mil e vinte e um, foi o ano deste exercício do anterior mandato, em que nós tivemos mais despesa corrente. Portanto, se queremos falar em equilíbrio das contas, se queremos falar em gestão cuidada, se queremos falar em planeamento, não se pode, com certeza, falar só do passado e eu só falo aqui nisto, porque, de facto, continua a doer, continuar a ouvir de forma quase sistemática, que nós não gerimos bem, que nós até gerimos mal, E que nós continuamos a apostar tudo nas festas. Isto é uma coisa verdadeiramente... aliás, está provado aqui. Está provado aqui! Mais, o endividamento bancário. O endividamento bancário, aqui até temos um pouco de aumento da dívida total relativamente ao ano anterior, e é perfeitamente explicável e se quiserem passo explicá-la. Nós recebemos durante o final do mês de Dezembro, faturas de grande dimensão, nomeadamente grandes valores da EPAL, da EDP, da Valorlis, da Galp Gás, e estas faturas, nós precisamos de as conferir, nós temos que as conferir. E temos que as conferir hoje, se calhar, de uma forma muito mais cuidada do que se conferiu no passado, porque as faturas de todos os meses aumentam e todos os meses nós temos a sensação de que estamos a ser enganados. Se a fatura deste mês, com o mesmo consumo, é muito maior do que a fatura do mês anterior, nós temos que ter muito cuidado antes de pagar. Por isso, pagamos dentro do prazo, dentro dos trinta dias e fizemo-lo, aliás, algumas destas faturas que aqui estão até as recebemos já no ano dois mil e vinte e dois, referentes a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um. Ainda assim, de acordo com o ROC e de acordo com a nossa contabilidade, mantemos o prazo de pagamento em oito dias, e volto a dizer, o endividamento bancário em muitos anos, pela primeira vez, baixou de um milhão de euros. E eu digo isto porque a seguir vem aqui o empréstimo, e eu sempre disse que nós só podemos endividar o município se criarmos condições para endividar, porque o serviço da dívida de um qualquer empréstimo, não pode pôr em causa tudo aquilo que é a gestão diária do município, sobretudo a estratégia que nós temos, a definição das prioridades e a concretização das obras que temos em curso. Posso referir rapidamente algumas das obras que concretizámos em dois mil e vinte e um: a obra da antiga cantina, incubadora de empresas, que vai ser aberta entretanto, aumento no ensino básico com o projeto da Escola Secundária de Porto de Mós, substituição da cobertura, o aumento dos serviços auxiliares de ensino, o aumento nas refeições e nos transportes, comparando com dois mil e vinte, sabemos que esta foi uma rubrica que ficou reduzida devido à suspensão das aulas, o aumento na ação social, nomeadamente no apoio às IPSS e às famílias carenciadas e no apoio à natalidade. Não está aqui referido, mas nós continuamos a devolver IRS às famílias, neste momento, são dois e meio por cento, portanto, é uma devolução também significativa, é uma perda de receita que nós temos superior a meio milhão de euros, mas ainda assim, decidimos devolver às famílias. Ordenamento do Território, construímos o Bairro do Jogo em Mira de Aire, as escadas de São Miguel em Porto de Mós, o parque de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estacionamento na Rua da Saudade, também Porto de Mós, um passeio de ligação entre o Mato Velho e Casais do Chão. E um passeio no Andam e no Casal do Alho, entre outras obras. O aumento de abastecimento de água, concluímos o abastecimento de água a todos os lugares do concelho de Porto de Mós, embora estejam em curso mais algumas empreitadas, pequenas empreitadas para concluir algumas situações em que as pessoas não estavam servidas, nomeadamente no centro de São Bento. Também no Chão das Pias, também no Alqueidão da Serra, portanto, estamos a agora a completar este serviço, mas também a substituição de condutas no Juncal, na Calvaria e nos Casais de Matos. Na cultura, é a obra da Central Termoelétrica, em dois mil e vinte e um, investimos ali cerca de dois milhões de euros, mas também requalificámos a Fonte do Castelo, a talha dourada na Igreja velha de Mira de Aire, através do orçamento participativo, ganho pela população de Mira de Aire. O aumento dos transportes e comunicações, com algumas pavimentações, nomeadamente da Rua da Boavista, também a Rua Luís de Camões, a rua para o Bairro de São Miguel, na Serventia do Arrimal, uma obra na entrada de Pedreiras para o IC 2. Fizemos um aumento nos mercados e feiras, requalificámos o mercado de Mira de Aire e também uma candidatura que foi aprovada e que já está concluída do mercado rural de Porto de Mós. Foi o posto de turismo, como já aqui foi falado, mas também requalificámos a estrada romana, fizemos um miradouro no Chão das Pias, entre outras obras. Para não vos maçarem mais, só dar-vos nota, em termos de comparação, o município de Porto de Mós no exercício anterior, no exercício de dois mil e vinte e um, fechou o exercício com uma liquidez geral de seiscentos e sete por cento, com uma liquidez reduzida de seiscentos e vinte e quatro por cento, com uma liquidez imediata de duzentos e cinquenta e dois por cento, com uma autonomia financeira de noventa e cinco vírgula oitenta e sete, com uma solvabilidade, de dois mil trezentos e dezanove ponto cinco por cento, com endividamento de três ponto vinte seis, com uma estrutura de endividamento de três ponto trinta e seis, e com um grau de dependência, apenas, de dois vírgula dezanove. Se alguém tiver dúvidas eu tenho aqui os termos de comparação dos anos anteriores, que me escuso agora a relevar aqui, embora sejam incomparavelmente diferentes, para melhor estes, do que eram, nos anos anteriores a dois mil e dezassete. Era só. Muito obrigado.--

-----**Senhora Presidente da Assembleia Municipal:**-----

-----Obrigada senhor Presidente. Antes de passar a palavra, gostaria de dizer para ficar registado em ata, que o senhor Presidente da Junta do Juncal, Artur Louceiro, está com Covid e fez-se substituir pela Secretária da Junta, Dora Agostinho. Vamos então dar início às intervenções.---

-----**Filipe da Conceição Baptista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra-JFAS):**-----

-----Boa tarde a todos, sem exceção, e também justificar aqui um pouquinho o meu atraso, mas dezassete horas, para mim é impossível. Tinha solicitado, mas já não consegui intervir no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

período de antes da ordem do dia. depois se me permitirem, no último ponto, queria dar duas ou três notas. Agora, quanto às contas, e eu queria, antes de mais, porque ouviu-se aqui claramente, e o senhor Presidente já referiu que pouca gente acreditava no desempenho que agora conseguiu, eu dou-lhe os parabéns por isso. Eu só venho aqui porque, realmente, aliás, teve alguma dificuldade até em referir o nome de Alqueidão da Serra nessas obras que acabou de enumerar, porque, de facto, acho que fez aqui um investimento substancial no concelho, mas se reparar, a nota em Alqueidão da Serra, não sei se chegou a trinta mil euros, que foi praticamente o valor que o senhor depositou na estrada romana e parece-me que faltou aqui muita equidade, neste desempenho pelo concelho. E o que venho aqui naturalmente fazer, é mostrar o meu desagrado por essa situação. Espero que este fator possa ser corrigido, nos orçamentos e nos desempenhos que vêm a seguir. Este foi provavelmente, dois mil e vinte e um, provavelmente não, porque andei a tirar umas notas juntamente com o meu executivo, o ano em que menos investimento houve do município, desde que sou Presidente da Junta de Freguesia. Portanto, gostaria em prol de todos os fregueses de Alqueidão da Serra, espero que o Presidente não seja o culpado desse tão pouco investimento, porque não está a investir no Presidente, certamente, e que possa ser corrigido, porque de facto, oito milhões de euros ou mais de oito milhões de euros, obviamente que já sei que o senhor Presidente me vai dizer, que deu mais dinheiro nos contratos de execução etc, etc,... mas vamos pôr isso aí um bocadinho de parte, porque também deu mais aos outros, naturalmente, e não é assim tão substancial a diferença, embora na altura certa, também o fiz saber, e lutámos muito para isso. Portanto, penso que há aqui, de alguma forma, algo a corrigir, porque, naturalmente, Porto de Mós é extenso em termos de concelho, e o Alqueidão da Serra também justifica um pouquinho de algum investimento, porque, por exemplo, nem um centímetro quadrado tivemos do dito alcatrão, também não ganhou as eleições por causa do alcatrão, que colocou no Alqueidão da Serra, é verdade. Portanto, nem um centímetro quadrado, senhor Presidente. Muito obrigado.-----

-----**Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD):**-----

-----Muito boa tarde a todos. Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos Deputados, excelentíssimo senhor Presidente, Vereadores e restante público, e restantes. Sobre o documento que nos foi apresentado, o relatório e prestação de contas do ano dois mil e vinte e um do município de Porto de Mós resulta, como é óbvio, de uma obrigação legal como todos são conhecedores, em que se o principal objetivo é que contenha os principais indicadores económico-financeiros da gestão camarária. Neste exercício, e começamos por apresentarmos uma taxa de execução do orçamento da receita, na ordem dos noventa e cinco vírgula oito por cento, que é, de facto, notável. Analisando a receita total, do ano dois mil e vinte e um, verificamos que esta registou um acréscimo de cerca de doze vírgula seis por cento relativamente a dois mil e vinte, apresentando um valor de cerca de vinte e um milhões de euros

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em dois mil e vinte e um, quando tinha apresentado cerca de dezoito vírgula sete milhões de euros em dois mil e vinte, ou seja, um acréscimo de dois vírgula quatro milhões de euros, isto não se considerando os saldos de gerência, para termos a receita líquida, saldo de gerência que, em dois mil e vinte e um, foi de cerca de três vírgula quatro milhões de euros. No global, a receita corrente, essa é de cerca de dezoito vírgula cinco milhões de euros, representando setenta e dois e meio por cento do total da receita, e a de capital de cerca de dois vírgula cinco milhões de euros e as outras receitas quatro vírgula cinco milhões de euros. A despesa apresenta um grau de execução de cerca de oitenta e cinco por cento, tendo sido executados cerca de vinte e dois vírgula dois milhões de euros, tendo a corrente um peso de cerca de sessenta e um por cento, ou seja, totalizando cerca de treze vírgula cinco milhões de euros, e a despesa de capital o valor de oito vírgula cinco milhões de euros, dos quais sete vírgula oito foram investimento em capital fixo. Isto é extremamente importante. No ano de dois mil e vinte, estes investimentos tinham sido cerca de três vírgula oito milhões de euros, Em resumo, foram investidos mais de 4 milhões de euros em capital fixo, investimento fixo que é extremamente importante, ou seja, tendo a receita de capital representado, deste valor, cerca de vinte e nove vírgula setenta e quatro por cento da despesa de capital. Vejam a forma como foi geridas as contas, deste ano. Na despesa, as rubricas com maior peso são as despesas com aquisição de bens e serviços, como já ouvimos, pelo senhor Presidente com cerca de vinte e oito vírgula vinte e cinco por cento, e as despesas com pessoal também no valor de cinco vírgula cinco milhões de euros, mas pesaram abaixo dos vinte cinco por cento, que também é notável, se fizerem uma análise perante o que se passa em outros municípios e se verificarem, também é um valor extremamente bom, que nos permite também libertar como verão, de seguida. A receita corrente representou cerca de cento e trinta e seis vírgula cinquenta e quatro por cento da despesa corrente, ou seja, libertámos desta forma cinco milhões de euros para investimento, uma poupança corrente que bem foi utilizada. Na sequência da política de não aumento de impostos, o município de Porto de Mós tem vindo ao longo destes anos, a não aumentar qualquer imposto, tendo mantido mesmo algumas isenções. Também é importante ver a forma como esta receita se comportou. Na análise da execução orçamental das Grandes Opções do Plano, em que contém as linhas desenvolvimento estratégico local que inclui o plano plurianual de investimentos e a descrição detalhada das atividades mais relevantes, com uma despesa total de doze vírgula sete milhões de euros, onde temos aqui funções importantíssimas e a mais importante, de facto, as funções sociais, em que temos a cultura, serviços sociais do ensino, ensino básico, saúde, ação social, ordenamento território, etc... foram os que tiveram maior expressão, com um valor pago de oito vírgula nove milhões de euros. No PPI atingiu-se uma taxa de compromisso de cerca de, próximo de oitenta e oito por cento e com uma realização de quase oitenta por cento, que demonstra, de facto, como há uma previsão e há uma execução, que têm uma ligação muito próxima. Mas mais relevantes, com maior incidência das despesas correntes, destaca-se uma taxa de compromisso na ordem dos noventa e um por cento, ou seja de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

realização, e com uma realização próximo dos noventa por cento, das quais a função que representa cerca de setenta e dois por cento, com cerca de um milhão de euros, são gastos com refeições escolares, prolongamentos, transporte escolar, bolsas de estudos, entre outros, ou seja, refira-se que, ainda mais neste ano, alargou-se gratuidade dos transportes escolares nos alunos do secundário e apoiou-se os alunos do ensino superior com bolsas de estudo. Importantíssimo também o valor transferido para as freguesias, como já falou, o anterior senhor Presidente de Junta, fundamental, no meu entender, para a melhoria da qualidade de vida e até mesmo para a proximidade não só dos serviços das populações, e aqui no melhor serviço público, numa melhor resposta e aqui foram transferidos, cerca de novecentos mil euros, que é significativo também no global. A dívida é no final do ano dois mil e vinte e um, de cerca de dois vírgula duzentos e cinquenta e cinco milhões de euros, um pouco acima do valor de dois mil e vinte com o senhor Presidente já disse, cerca de noventa e cinco mil euros, mas, como foi bem dito, de facto, não é um valor significativo, se verificarmos para as contas que temos e justificado pelo envio tardio de faturas que, como sabem, tem que ser devidamente confirmadas antes do seu pagamento e verificadas, porque muitas vezes, neste tipo de rubricas, como foi referido, temos aqui redução de despesa e controlo e não só, demonstra também a nossa disciplina. O prazo médio de pagamento é de oito dias, cálculo de acordo com a formula que assim é, mas não deixa de ser de oito dias que é, de facto, de grande mérito para este executivo. No que concerne ao endividamento de médio/longo prazo, assume no final de dois mil e vinte e um, mais uma vez, um valor histórico, de cerca de novecentos e sessenta e seis mil euros, ou seja, tendo ocorrido uma diminuição de cerca de duzentos e dezassete mil euros relativamente ao ano anterior e acresce a isto, relativamente às dívidas, ainda, o município de Porto de Mós dispor de um limite de endividamento acima dos vinte cinco milhões de euros, tendo no final do ano dois mil e vinte e um, um saldo de vinte e cinco vírgula seis milhões de euros. Regista-se um resultado líquido positivo, de cerca de um vírgula sete milhões de euros. Por último, referir algumas notas pessoais. O relatório de contas demonstra e confirma que o município do Porto de Mós está cada vez mais preparado para processos de investimentos na economia, para a realização de investimentos importantes, como já foram referidos, na ALE, por exemplo, ou até uma política de investimentos na área do Ambiente, para melhoria da qualidade de vida das populações. Conclui-se mais uma vez, temos um município com futuro assegurado, visando a melhoria da condição de vida dos munícipes, e digo, somente com contas equilibradas, é que se poderá, paulatinamente melhorar a qualidade de vida de todos e assim teremos um polo agregador de novos visitantes ou até de novos habitantes. Concluo com um agradecimento aos serviços, porque, de facto, o relatório está extremamente bem elaborado, com a identificação, feito de forma completa, limpa, imparcial e informativa, e também aos membros do executivo. Estendo também a nós, deputados da Assembleia Municipal, funcionários da autarquia, as próprias juntas de freguesia e população em geral, porque, de facto, todos nós contribuimos para estas contas que aqui estão e que hoje foram apresentadas. Muito obrigado.-----

-----**Gonçalo da Silva Carvalho Pires (PS):**-----

-----Boa tarde a todos, considerem-se todos cumprimentados na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal. Sendo a minha primeira intervenção enquanto deputado municipal, função que desempenho com muito gosto, desejo e acredito que com a entrada destas novas gerações e destas novas formas de ver e pensar a política, se consiga vir a discutir verdadeiramente o futuro do concelho e para saber o caminho do desenvolvimento contínuo estratégico, que queremos para o nosso concelho. Concordo com muitas coisas que foram ditas, de facto, mas é engraçado como é que a leitura dos números e perante os mesmos números, se conseguem ter leituras completamente diferentes, como é óbvio. É engraçado, não deixa de ser engraçado, mas acho que vamos ter tempo. Passando ao ponto que me traz, então, venho desde já a dar os parabéns ao executivo pela boa taxa de execução orçamental da despesa, no total, oitenta e cinco por cento. Espero que continue assim ou melhor. Mas da análise feita, fico reticente relativamente à estratégia orçamental, uma vez que se retiramos o saldo de gerência do ano anterior, podemos comprovar que o total da despesa paga, foi superior à receita total, na ordem de um vírgula um milhão de euros. Mais ainda, também temos a situação que nos quatro anos, houve uma variação da despesa total muito reduzida de facto, mas neste ano, teve um aumento de vinte e cinco por cento, quatro vírgula cinco milhões de euros. Mais ainda, este défice não foi maior devido a terem aumentado as dívidas de fornecedores e outros credores. Ouvei a explicação e aceito-a e compreendo-a, mas isso fez com que a tendência de redução da dívida acabasse por ser invertida, e dá a entender que realmente é um sinal de ciclo que do que aí vem. Tendo em conta o ambicioso orçamento para este ano e perante as GOP orçamentadas, gostaria que o senhor Presidente explicasse como conseguirá, mantendo o grau de execução orçamental da despesa, um equilíbrio orçamental, qual é a estratégia para conseguir aumentar a receita, pois o saldo de gerência não vai chegar, ou seja, porque o saldo de gerência não vai chegar para cobrir sempre esta diferença, e se já tem alguns fundos comunitários como certos em carteira, pensamento para conseguir colmatar ou será através do endividamento, porque temo que os três milhões e meio não cheguem. Relativamente a obras adjudicadas, gostaria de perceber se na estratégia de desenvolvimento para o concelho, o executivo tem algum fator de sazonalidade, ou se foi uma mera coincidência Isto porquê? Numa rápida análise que fiz, das sessenta e sete obras adjudicadas por ajuste direto e consulta prévia em dois mil e vinte e um, sessenta e quatro por cento foram aprovadas entre Junho e Setembro. Mais ainda, quinze delas apenas no mês de Setembro. Poderá ser uma mera coincidência. Por fim, e pelo tempo que nos é dado para analisar a documentação, que é reduzido, lamento, questionar se a seguinte aquisição de serviços que é, qual é o serviço de impressão, cópia, digitalização que tem um custo de noventa e um mil euros, o que é e em que consiste concretamente, o aluguer de máquinas de quarenta e dois mil euros, quantas foram e qual a duração e os vinte e nove mil euros para a iluminação de Natal, se é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apenas o serviço de aluguer. Mais uma nota ainda. Estou ansioso por visitar realmente o posto de turismo, porque depois achar exagerados os cento e cinquenta mil euros, reparei que ainda temos mais um custo de mobiliário. É tudo.-----

-----**Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia, cumprimento o senhor Presidente da Câmara, e nas suas pessoas, cumprimento todos os presentes nesta sala e todos aqueles que nos ouvem através das redes sociais. Estamos, portanto, aqui a falar sobre a prestação de contas do ano de dois mil e vinte e um. O meu colega Nuno Salgueiro falou mais sobre a questão percentual, eu vou falar um bocadito mais sobre a questão numérica. Já por várias vezes aqui falámos sobre as previsões do resultado final do ano dois mil e vinte e um que nos foram sendo fornecidas, pelo que agora pretende-se somente destacar alguns aspetos que achamos interessantes, desde logo a apresentação das contas, digamos mesmo, a boa apresentação das contas. O município de Porto de Mós, nos últimos tempos sempre tem feito uma boa apresentação das suas contas, mas também tem vindo a evoluir, tornando tudo muito mais transparente, com muitos quadros, muitos gráficos, que denotam uma grande qualidade. Temos de dar uma palavra de bem-haja ao executivo, mas também reconhecer todo o staff que prepara a estas demonstrações financeiras sob a coordenação do Dr. Rogério, acompanhado de Pedro vala e todos os outros a quem mandamos aqui o nosso bem-hajam. As contas estão bem apresentadas e isso dá-nos um certo conforto em como estão certas e corretas e correspondem ao real movimento do município no exercício citado. Começando pela execução orçamental, a receita e despesa, desde logo se verifica um equilíbrio orçamental, com destaque para o saldo da gerência no valor de três milhões e trezentos e sessenta e cinco mil euros, que transita para a gerência seguinte. Vindo ao encontro das boas perspectivas já evidenciadas, aquando da primeira revisão orçamental e documentos previsionais do ano dois mil e vinte e dois a dois mil e vinte seis. Também neste quadro, realço o valor alcançado nas despesas de capital, que foi de oito milhões, seiscentos e quarenta e oito mil euros, valor este que se refere a despesas de investimento, as quais trazem riqueza e melhor qualidade de vida para o nosso concelho. É um valor deveras magnífico, dos mais altos, conseguidos por um executivo durante um exercício, facto que tem que ser realçado. De sublinhar também que as receitas de capital foram de dois milhões, quinhentos e setenta e dois mil euros, pelo que se verifica que houve uma libertação de receitas correntes, a denominada poupança corrente, de cerca de cinco milhões de euros. Começando agora pelo balanço, verifica-se que o ativo apresenta um valor de setenta milhões, quinhentos e cinquenta mil euros, tendo havido um acréscimo de três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil euros, em que a rubrica de ativos fixos tangíveis líquidos aumenta cerca de quatro milhões de euros, devido ao investimento efetuado e já referido. Quanto ao passivo, verifica-se que a dívida a fornecedores evidenciam um acréscimo de cerca de trezentos e doze mil euros, mas, em contrapartida, a dívida à banca apresenta um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decréscimo de cerca de duzentos e dezassete mil euros, fazendo com que o passivo melhore face ao ano anterior, passando de dois milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil para dois milhões, novecentos e quinze mil, ou seja, um decréscimo de quarenta mil euros. Quanto à demonstração de resultados, podemos verificar um resultado positivo, nomeadamente designado como lucro, de um milhão seiscentos e cinquenta e três mil euros. Nesta instituição, este resultado não é muito relevante, pois a Câmara não vive para os lucros, mas é sempre um facto a ter em conta, que vale o que vale, mas é melhor ser positivo e relevante do que ser negativo. Quanto à posição do limite do endividamento, ele cifra-se em cerca de vinte e três milhões e quinhentos mil euros, que acaba por ser interessante saber este valor, dado que a seguir irá passar aqui um pedido de financiamento. Para terminar e através do quadro de indicações financeiras, verificamos que todos os quadros se encontram bastante positivos, chamávamos só a atenção para autonomia financeira que, mesmo com todo este investimento que foi feito, melhorou em relação ao ano anterior, passando de noventa e cinco vírgula seis por cento para noventa e cinco vírgula oitenta e sete por cento. Também é de realçar o pagamento a fornecedores que foi de cerca de oito dias, o que demonstra que temos um município bom pagador, o que leva a que os fornecedores queiram trabalhar com o nosso município. Por tudo isto, iremos aprovar o resultado e contas de dois mil e vinte e um.

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

----- Eu não vou demorar muito tempo, portanto, não vou repetir novamente aqui e massacrar com as contas. Isto já foi bem analisado, explicado e comentado aqui pelos meus antecessores Luís Almeida e Nuno Salgueiro, apenas referir que, à semelhança dos anos anteriores, foram aqui apresentadas as contas do exercício dois mil e vinte e um, que evidenciam um excelente trabalho deste executivo com enorme sentido de responsabilidade e execução. Tivemos o exercício de dois mil e vinte e um com um grau de execução, muito perto dos noventa por cento, como verificaram, com um investimento de capital, cerca de nove milhões de euros, o maior investimento realizado até hoje, como o senhor Presidente já referiu também. Gostaria apenas de referir e recordar alguns comentários aqui feitos aquando a aprovação do orçamento de dois mil e vinte e um, por alguns deputados menos crentes desta assembleia. Que o orçamento para dois mil e vinte e um era uma afronta à Assembleia, era uma brincadeira, era impossível em oito meses executar nove milhões de euros, era um mero registo de intenções eleitoralistas e etc., Verificamos agora, que, afinal, era tudo menos isso. Foi cumprido quase na sua totalidade e praticamente tudo regularizado. Apenas mais duas referências sobre esta prestação de contas, que já foi referido também aqui por Luís Almeida que tem a ver com o resultado líquido de um vírgula seis milhões de euros, com que encerramos. Eu já por várias vezes referi, e ele também o referiu agora, que não é muito importante, porque, isto não é nenhuma empresa, apresentar lucros, apresentar resultados, mas até poderia apresentar resultado zero e estava ótimo. Aqui o que interessa é o progresso,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desenvolvimento e bem-estar das pessoas, mas dá sempre um sinal de contas certas e de rigor na apresentação das contas. Também já foi referido, apesar dos grandes investimentos, que o município apresenta um valor de dívida à banca, abaixo de um milhão de euros, portanto, tendo reduzido significativamente, proporcionando aqui uma situação bastante sólida na capacidade de endividamento para futuros investimentos que se irão realizar. Obrigado.-----

-----**Senhor Presidente da Câmara:**-----

-----Senhor Presidente da Junta de Alqueidão da Serra tem razão relativamente à questão do volume de investimentos. Não comparei entre freguesias, até porque nós temos feito, como bem sabe, os investimentos em função das necessidades e, sobretudo, das prioridades, o que não quer dizer que a freguesia de Alqueidão da Serra não precise e não seja prioritária, será entretanto, como também bem sabe. A estrada romana do Alqueidão da Serra foi um passo importante que demos, mais do que investimento que foi feito na requalificação, é a recuperação do património e aquilo que aquele património efetivamente vale para o Alqueidão da Serra. Como referiu, nós não pomos em causa qualquer tipo de investimento na freguesia de Alqueidão da Serra, mas, de facto, a freguesia, fruto de uma negociação que fizemos no anterior mandato, recebe efetivamente mais cinquenta mil euros por ano, diga-se, para eventuais obras que queira fazer na freguesia. Eu sei que não é isso que lhe tira o pé da lama, mas é uma ajuda melhor do que aquela, certamente, que tinha antes. Vamos, tentar avançar rapidamente com duas obras importantes, que estão para começar. Uma delas, e só não começou por causa das águas pluviais, a Rua da Tojeirinha, a rua que passa a Junta de Freguesia. Essa rua está efetivamente bastante danificada e foi um compromisso nosso, assumido. Estamos a fazer o levantamento para o projeto de toda a estrada da Carreirancha, no sentido de fazermos uma requalificação da rede de abastecimento de águas e depois podermos pavimentar. Espero ainda este ano avançar com pelo menos, a obra da pavimentação da Rua da Tojeirinha, e se for possível outra, também o faremos. Relativamente à intervenção do Nuno Salgueiro que agradeço, naturalmente, agradeço a confiança. Dizer, aquilo que acabou por ser referido, penso que por todos os intervenientes da bancada do PSD, efetivamente nós tivemos as contas como tivemos, como eu apresentei, eu não fiz referência à questão do saldo, do resultado líquido, precisamente porque não lhe dou essa importância. Acho que, se fosse negativo, com estes resultados, continuaria a afirmar os bons resultados de execução que tivemos durante o ano de dois mil e vinte e um. Não deixa de ser sintomático, mas com os investimentos que estão em curso, com o avanço da obra da Cumeira, calculo que possamos em dois mil e vinte e dois, não ter estes resultados, mas ter outra execução e ter, de facto, aquilo que são as obras e sobretudo a estratégia que temos a dar passos nesse sentido. Relativamente ao Gonçalo Pires, bem-vindo, é sempre muito bom termos novos deputados, novos autarcas, aliás, é assim que se começa. É começarmos, virmos cá, e, portanto, espero que este mandato, seja um mandato que afirme a continuidade do Gonçalo Pires como autarca, porque bem precisamos de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gente nova, de sangue novo nesta casa e em todas as casas, nomeadamente também nas freguesias. Sobre a intervenção que fez, começava por dizer que a questão das impressões tem a ver com um modelo que nós criámos, fizemos renting para as impressoras, portanto, as que tínhamos estavam obsoletas, estavam a ter custos muito significativos e isto é transversal às escolas, portanto, em todo o universo e, foi esse o investimento. A questão das máquinas é um contrato fornecimento contínuo que temos para a eventualidade de precisarmos de máquinas num momento em que nós não as temos disponíveis, nomeadamente para as ruturas. Utilizamos muito, sobretudo no Verão, e, portanto, resulta daí. Mas queria sobretudo dizer o seguinte: nós não vivemos de prognósticos, nós vivemos de coisas concretas e, sobretudo daquilo que é a estratégia que definimos e a ambição que temos. A grande ambição que temos é, de facto, e este é o cerne de toda a questão, é de facto, nós conseguimos aumentar população, aumentar população jovem. Conseguimos e estamos a conseguir, felizmente, inverter o ciclo de perda e preocupamo-nos com isso, e depois de invertermos o ciclo de perda, nós conseguimos consolidar e dinamizar a nossa economia. É a partir daqui, e este é o princípio. Se nós tivermos mais população, e não é preciso ter muito mais população para os números da receita se alterarem, temos, com certeza, mais receita. Mas nós não trabalhamos para contas equilibradas, trabalhamos naturalmente para ter bons resultados. Mas não trabalhamos apenas para os resultados, para o balanço, para aquilo que são as contas que estamos aqui hoje a apresentar, nós trabalhamos efetivamente, para ter melhor qualidade de vida no nosso concelho, lutamos para que a nossa população se fixe e não saiam para outros concelhos, invertemos a tendência dos alunos deixarem de estudar no concelho e passarem a estudar no nosso concelho, com melhor oferta, com mais oferta, com mais redução de custos para as famílias, já que foi hoje falado na questão dos transportes escolares, mas depois incentivá-los a voltar, com as bolsas de estudo, com as oportunidades que estamos a dar através do FabLab, mas também da incubadora de empresas e toda a oferta que nós temos para fixar os nossos jovens, para que eles retornem ao seu concelho e, sobretudo, conseguirmos captar novas populações. Este é o grande objetivo. E é partir daqui, desta estratégia, que dinamizamos todo o orçamento e toda a dinâmica do nosso concelho. Sobre a dívida a fornecedores, não é uma inversão. Eu quero-lhe dizer que, a questão da dívida a fornecedores, não basta passar fatura, não basta chegar a fatura, não basta pagar a fatura. Está aí a listagem de todos a quem, tínhamos dívida a trinta e um de Dezembro, e esta dívida a trinta e um de Dezembro, hoje como deve imaginar, está paga, porque estava devidamente cabimentada no ano anterior. E, portanto, a questão da dívida a fornecedores é algo que não me preocupa muito, e devo-vos dizer, que não faço gestão a partir da conta bancária. Houve quem o fizesse no passado, há muitos anos até, a preocupação de ter como Bíblia o extrato bancário, eu, a minha preocupação é o orçamento, é de facto, cumprir com o orçamento, mas, sobretudo levar por diante uma estratégia. E não tem sido fácil nos últimos tempos, tendo em conta a baralhação que aí está, com determinados custos, como é, e como já falámos, da eletricidade. O aumento da receita, de facto, aconteceu pelas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

razões que aqui estão evidenciadas no documento, porque aumentámos os fundos comunitários, temos obras em curso de dimensão, que estão cobertas por fundos comunitários, por empréstimo, o que é o caso do saneamento básico, e por receitas do município que acautelamos, continuando a fazer uma gestão equilibrada, com redução de despesas correntes e tentando, nós, quando fizemos o orçamento, não sabíamos que ia acontecer, este disparate com o custo da eletricidade, com o custo de gás, mas o que é facto, é que estamos todos preocupados se no final deste ano, a nossa conta de eletricidade chega a cinco milhões de euros e, no ano passado não chegou a um milhão de iluminação pública, e nós temos a consciência que não podemos desligar a luz, não podemos, nem dos edifícios, nem das bombas de água, nem da iluminação pública, portanto, estamos a trabalhar para inverter esta tendência, mas é algo de muito inesperado e isto pode naturalmente pôr em causa alguns investimentos que estamos a fazer conta de fazer, porque não podemos parar as obras estão em curso, não podemos deixar de dar os apoios sociais e a estratégia da educação que temos em curso, portanto, algumas obras vão ter que ser repensadas, pelo menos por mais alguns meses. Sobre a questão da sazonalidade, eu quero-lhe dizer que não olho a isso. Se for comparar anos anteriores, dois mil e dezassete, dois mil e treze, provavelmente em todos aconteceu. Mas eu hoje referi aqui alguns milhões de investimento, que não têm a ver com os ajustes diretos ou com as consultas prévias, têm a ver efetivamente, com uma estratégia que definimos e com investimentos que fizemos ao longo deste tempo. Relativamente ao Luís Almeida e ao Gabriel Vala quero também reforçar o agradecimento que fizeram, a leitura que fizeram, complementar aquilo que eu disse, tendo em conta a vossa sapiência, nesta matéria que não é, como certamente a minha, no entanto, quero-vos dizer que este documento, neste momento, é um documento que tem trezentos e sessenta e cinco dias de trabalho, tem trezentos e sessenta e cinco dias de preocupação, e tem sobretudo aqui uma missão de uma equipa, desta equipa, dos senhores presidentes de junta, de todos eles que, durante o ano dois mil e vinte e um, ainda com pandemia, muito trabalhámos para que isto que aqui está hoje a ser apresentado, pudesse acontecer. Muito obrigado.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia passou a por a votação, o ponto 2 da Ordem de Trabalhos - **Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Ano de 2021** - tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com nove abstenções**.-----

-----**3. Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2021:**-----

-----**Senhor Presidente da Câmara:**-----

-----Eu escusava-me de estar a voltar a falar no orçamento, nas contas, uma vez que o relatório do auditor externo não tem reparos, ou grandes reparos, mas estou disponível para qualquer dúvida que exista, uma vez que, seria repetir-me um pouco, relativamente àquilo que é o relatório.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A senhora Presidente da Assembleia, questionou quem queria intervir sobre este ponto da Ordem de Trabalhos. Não havendo pedidos de intervenção, passou-se ao ponto 4 da Ordem de Trabalhos.-----

-----**4. Estatuto do Direito de Oposição; Relatório de Avaliação de 2021:**-----

-----**Senhor Presidente da Câmara:**-----

-----*Da mesma forma, o relatório penso que é explícito e representa aquilo que aconteceu durante o ano de dois mil e vinte e um.*-----

----- A senhora Presidente da Assembleia questionou quem queria intervir sobre este ponto da Ordem de Trabalhos. Não havendo pedidos de intervenção, passou-se ao ponto 5 da Ordem de Trabalhos.-----

-----**5. Nomeação Revisor Oficial de Contas (ROC) para a Certificação Legal das Contas do Município de Porto de Mós dos anos de 2022 e 2025, por um período de 3 anos (maio de 2022 a abril de 2025) – Proposta:**-----

-----**Senhor Presidente da Câmara:**-----

-----*A prestação do revisor oficial de contas termina amanhã, dia trinta de Abril, e nós temos necessidade de voltar a contratar um revisor oficial de contas. Este já foi o revisor oficial de contas desde o início da obrigatoriedade, portanto, já vem desde dois mil e dezasseis, se não estou enganado, e, portanto, nós decidimos cumprir aquilo que está estipulado na lei que foi consultar o mercado. Consultámos, seis revisores oficiais de contas que prestam serviço aqui na nossa região, consultámos, inclusive, um revisor oficial de contas aqui do concelho, que declinou o convite por não ter disponibilidade para ter mais clientes. Dos consultados, houve um que apresentou um valor mensal de oitocentos e trinta e três euros, o outro de seiscentos e sessenta e sete euros, o segundo de quinhentos e setenta e cinco euros e aquele que nos presta serviço, quatrocentos e noventa euros, e também dentro daquilo que é o espírito da lei, decidimos avançar para a contratação, mas a nomeação tem que ser feita por esta Assembleia Municipal e, portanto, é isto que aqui trazemos.*-----

-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS):**-----

-----*A minha intervenção aqui, apesar de agora ter muito tempo, é muito curta. Fico contente que o senhor Presidente tenha mencionado aqui, relativamente a esta situação, as consultas que foram feitas, contudo, não foi prestada essa informação aos vereadores do PS antes da aprovação do relatório do auditor externo, portanto, aqui constante do ponto três. Que lamento também que tenha sido apresentado em versão rascunho, em draft, portanto, uma versão não finalizada como*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aquela que nos foi apresentada a nós, portanto, por isso mesmo, foi alvo uma votação contra por parte dos vereadores do PS. Da nossa parte, apesar de ser uma formalidade que tem que ser cumprida e, obviamente, alguém teria que ser contratado, concordamos se realmente foi, por um lado, pela continuidade, por outro lado, se o orçamento mais baixo, mas o que é facto é que não tivemos posse desses elementos anteriormente, nem os vereadores do PS, antes da reunião de câmara, nem depois, e nós aqui na documentação, para podermos avaliar. Por uma questão de princípio, e porque as formalidades, e se diz que gosta de cumprir a lei, as formalidades e transparência também contam muito para nós, gostaríamos que estas informações fossem prestadas, porque realmente se fez essas consultas, se tem esses orçamentos, tê-los-á em suporte, que poderia ser disponibilizado, portanto, o nosso sentido de voto neste ponto vai, por este por estes motivos, para a abstenção.-----

-----**Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Em relação a esta proposta para a nomeação do revisor oficial de contas, conforme referiu o senhor Presidente, e refere aqui na sua proposta, após consulta no mercado e face a ser a proposta mais baixa, propõe que a Assembleia aprove a proposta desta Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. A informação que temos, é que esta sociedade faz a certificação de muitas câmaras municipais, por isso poderá ser dentro deste âmbito que apresenta os valores mais baixos. Temos de ter presente que se trata de um órgão fiscalizador, e não de um parceiro do executivo camarário. É um órgão fiscalizador, tal e qual como é a Assembleia Municipal, mas num âmbito mais profundo e, aliás, até com uma certificação. Por outro lado, é uma sociedade que já trabalha para o município de Porto de Mós há vários anos e nunca houve qualquer problema. Recordamos, que a primeira vez que esta sociedade de revisores oficiais de contas trabalhou para este município, foi por proposta do anterior executivo, por acaso, o executivo PS, cujos vereadores na reunião de câmara, votaram contra esta proposta. Foi agora aqui dito pela líder da bancada, que votaram contra, porque não tinham conhecimento dos valores. Por acaso, até já passei por uma questão de ser vereador e acho estranho que os vereadores não tenham conhecimento nem perguntem, porque se tivessem perguntado, certamente que o senhor Presidente diria aquilo que disse agora aqui. Ou será que houve mesmo uma intenção de votar contra? Portanto, da nossa parte, iremos votar a favor desta proposta.-----

-----**Senhor Presidente da Câmara:**-----

-----Sobre uma questão que a Drª Rita Cerejo colocou, que já tinha sido colocada em tempo anterior, a Câmara, por regra dos revisores oficiais de contas, e não foi este que me disse, embora lhe tenha perguntado, tenha pedido a este revisor, para enviar o documento que ia a reunião de câmara sem ser em draft, eles mandam sempre em draft, porque as contas não estão aprovadas ainda e a câmara pode querer propor alterar o documento e, portanto, é norma ele ser entregue

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

à câmara em draft, e à Assembleia Municipal, depois de aprovada, em documento final. Esta foi a explicação que me deu um revisor oficial de contas, que não é este, volto a dizer, embora eu tenha pedido, porque o ano passado, esta questão não se colocou, e eu tenha pedido ao revisor oficial de contas para poder, eventualmente alterar de o documento e remetê-lo à reunião de câmara sem ser em draft., Mas não terá sido isso que levou os senhores Vereadores do Partido Socialista a votarem contra, porque este era um assunto diferente, uma coisa era a contratação de revisor oficial de contas, e a outra coisa, era efetivamente o documento que ia ser apresentado. Coincidência. Foi no mesmo dia, podia até nem ter sido. E quero-lhe dizer que aquilo que eu disse aqui, reconheço, com menos precisão, também o disse aos vereadores antes da votação. E eles não o podem negar. Aos senhores vereadores, disse exatamente o que disse aqui, com menos precisão, reconheço, mas está no documento a legislação que aplicámos, não somos obrigados a entregar os documentos. Ninguém nos pediu, eu não os levei a reunião de câmara. Os senhores vereadores, quando me pedem documentos, habitualmente entregamos na hora, se tivermos disponibilidade para isso e, portanto, os senhores vereadores foram informados antes da votação, da mesma forma que foram informados aqui hoje. Portanto, se os senhores vereadores votaram contra, e eu no fim, até lhes perguntei, vocês devem ter alguma coisa contra o revisor oficial de contas, porque, de facto, esta foi a proposta mais barata. Na proposta diz que consultámos o mercado e eu disse que tínhamos consultado o mercado, e que, inclusive, havia uma empresa do concelho, um revisor oficial de contas do concelho, que tinha enviado a informação a dizer que não apresentava preço porque não tinha capacidade para ter mais clientes. Aquilo que aconteceu é uma questão de somenos importância, como deve imaginar, eu nem sequer iria falar nesta questão, porque não é importante, os senhores vereadores votam como querem, naturalmente têm esse exercício de liberdade e, portanto, só para referir que, efetivamente, o Presidente da Câmara, da mesma forma que o fez aqui hoje, com menos precisão, apresentou e disse aos senhores vereadores, que tinha sido consultado o mercado, tinham sido consultados seis revisores oficiais de contas, quatro deles apresentaram proposta, a proposta mais barata era do atual revisor e, portanto, foi esse que nós decidimos contratar.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia, pôs a votação o ponto 5 da Ordem de Trabalhos – **Nomeação Revisor Oficial de Contas (ROC) para a Certificação Legal das Contas do Município de Porto de Mós dos anos de 2022 e 2025, por um período de 3 anos (maio de 2022 a abril de 2025) – Proposta** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com oito abstenções**.-----

-----**6. Contratação e empréstimo a médio/longo prazo para o investimento "Sanearamento lugares de Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua e Boieira, até ao limite de 3.500.000,00 € (três milhões e quinhentos mil euros):**-----

----- **6.1) Aprovação de investimentos a financiar – parte final do nº 2 do artigo 51º da Lei nº**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

73/2013, de 03 de setembro;

6.2) Autorização para a contratação;

6.3) Aprovação da repartição de encargos dos investimentos a realizar:

O senhor Presidente da Câmara, passou a apresentar os três pontos suprarreferenciados, conjuntamente, sendo que a votação será feita separadamente.

Senhor Presidente da Câmara:

Nós temos, como já tínhamos antes, o projeto do saneamento básico da Cumeira, Cruz da Légua/Moitalina. Aqui a Boieira, entra, porque é um projeto comum, pode ser feito parceladamente, neste caso não vai ser feito, mas a parte da Boieira já está concluída. Neste momento, cumpre-nos, até porque foi o que anunciámos, concretizar aquilo que é necessário, que é encontrar uma solução de financiamento para podermos avançar rapidamente com esta obra. Uma obra complicada, uma obra que vai durar algum tempo, que vai criar transtornos, mas que é fundamental para o desenvolvimento do concelho e, sobretudo aquela parte do concelho, parte da Estrada Nacional 8, onde ela se estende. Aquilo que aqui vem, é efetivamente, para além da distribuição da parte dos compromissos, a aprovação do empréstimo. Nós fizemos a consulta ao mercado, o mercado respondeu. O anterior, o outro empréstimo tinha um spread acima de zero vírgula quarenta e cinco, salvo erro, e a Caixa Geral de Depósitos apresentou agora um spread de zero vírgula quatro sem qualquer comissão, revelador também que as contas do município estão equilibradas, senão não fariam este este spread. É a aprovação, porque é obrigatório, o Tribunal de Contas exige-nos isso, aliás, nós da outra vez, trouxemos aqui exatamente a aprovação, porque era repartido o empréstimo de então, tivemos os problemas que tivemos relativamente à aprovação da documentação necessária para o Tribunal de Contas, sobretudo por causa da ALE, ou só por causa dela, e, portanto, agora temos o processo concluído e em condições depois de avançar para a contratação e de lançar o concurso da obra, porque precisamos, naturalmente de cabimentar estes três milhões e meio e fazer a distribuição, que também aqui está.

Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):

Contratação do empréstimo de médio, longo prazo para o saneamento de Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua, Boieira no valor de três milhões e quinhentos mil euros, portanto, como todos nós sabemos, já existe uma aprovação anterior e agora aqui vem mais especificamente, o conteúdo e a repartição deste financiamento. Quanto ao cabimento no endividamento, já vimos que o município reúne condições para a sua contratação. Também podemos verificar pela análise das propostas, que o spread é significativamente baixo. Realmente, zero vírgula quatro por cento, é um bom negócio. É realmente, como diz o senhor Presidente, este banco que está a fazer este spread também é um dos fornecedores que quer trabalhar com a Câmara, porque tem confiança

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na Câmara. De realçar ainda que este financiamento não põe em causa a saúde financeira do município, por isso, e estando a ser reunidas as condições para uma melhoria na qualidade de vida de uma franja populacional do nosso concelho, nós iremos votar a favor.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente pôs a votação o ponto 6.1 da Ordem de trabalhos – **Aprovação de investimentos a financiar – parte final do nº 2 do artigo 51º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, pôs a votação o ponto 6.2 da Ordem de Trabalhos – **Autorização para a contratação** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----Por fim, colocou a votação, o ponto 6.3 da Ordem de Trabalhos – **Aprovação da repartição de encargos dos investimentos a realizar** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**7. Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro:**-----

-----**Senhor Presidente da Câmara:**-----

-----*Se alguém tiver alguma questão sobre os compromissos plurianuais que vêm cá para o conhecimento, por compromisso do município e por imposição legal, Estou disponível para responder.*-----

-----Não havendo pedidos de inscrição a senhora Presidente, passou ao ponto 8 da OT, dando a palavra ao senhor Presidente da Câmara.-----

-----**8. Expropriação de Terrenos para a Área de Localização Empresarial de Porto de Mós - Pedido de Declaração de Utilidade Pública e Posse Administrativa - Lei n.º 168/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro:**-----

-----**Senhor Presidente da Câmara:**-----

-----Como sabem, adquirimos os terrenos para a instalação da área localização empresarial, durante os anos dois mil e dezanove, alguns ainda em dois mil e dezoito, mas dois mil e dezanove, essencialmente. Conseguimos chegar a acordo com mais de cinquenta proprietários, houve alguns que, de facto, não foi possível por várias razões, por preço, outros, porque efetivamente as próprias famílias, ou as heranças, não foi possível conciliar quer o acordo, quer também a possibilidade de fazermos eventuais escrituras de compra, tendo em conta a complexidade. Por isso mesmo, nós trazemos aqui, depois de termos, como costume dizer, esgotado todas as possibilidades, trazemos aqui para expropriação, sem prejuízo de informarmos estas pessoas, estas entidades, estes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proprietários, vamos informá-los, e até à publicação da declaração de utilidade pública há sempre tempo para podermos fazer uma negociação particular, uma negociação por acordo antes de ir para tribunal com todos os demoras que esta circunstância exige. Nós precisamos de tomar posse dos terrenos entretanto, porque a empreitada já começou, e, portanto, dentro de relativamente pouco tempo, existe a necessidade de ocupar estes terrenos, e, portanto, vem aqui à Assembleia Municipal para pedirmos, a utilidade pública e a possibilidade de darmos o passo seguinte para a chamada expropriação. -----

-----Não havendo pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto 8 da OT, - **Expropriação de Terrenos para a Área de Localização Empresarial de Porto de Mós - Pedido de Declaração de Utilidade Pública e Posse Administrativa - Lei n.º 168/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**9. Relatório Anual de Monitorização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexos (PGRICI) de 2021:**-----

-----**Senhor Presidente da Câmara:**-----

-----*Este é um relatório que vêm aqui na sequência da nomeação de uma comissão a partir de dois mil e dezanove, nós decidimos que este documento devia ser trabalhado autonomamente do executivo e, sobretudo, que sirva nos alertar para podermos melhorar e é sempre nesta perspectiva de melhorar, que vêm estes relatórios. O relatório vem aqui para conhecimento. No ano anterior, nós decidimos incidir este relatório sobre as obras particulares, tínhamo-lo feito também sobre a contratação no ano Covid, por indicação do próprio Governo, e no outro ano antes foi sobre a contratação pública no geral. Dizer que em ambas as situações, aliás, a contratação pública do Covid, a relação de um relatório com o outro e é bastante diferente, até porque no primeiro ano que fizemos, tivemos logo que tomar algumas medidas no sentido de melhorar aquele serviço, foi o que fizemos e hoje é um serviço onde já não corre papel, desmaterializámos na sua totalidade. É o que vamos e estamos a fazer com a questão das obras particulares, portanto, estamos num processo de desmaterialização, foi por isso também nós pedimos à equipa para fazer este relatório e, portanto, é um relatório feito por colaboradores do município, um relatório sério que vai naturalmente, servir de base, para melhorar aquilo que eventualmente foi encontrado e são algumas coisas, de menos bom nestes serviços.*-----

-----**10. Relatório Anual de Atividades da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós – 2021:**-----

-----**Senhor Presidente da Câmara:**-----

-----*Eu pedia a senhora Vereadora da Ação Social que fizesse a explicação, ela também*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acompanha a CPCJ. -----

-----**Senhora Vereadora com o Pelouro da Ação Social, Tema Cruz:**-----

-----Muito boa noite a todas e a todos, e na pessoa da senhora Presidente, cumprimento todos os presentes aqui na sala e todos os presentes lá em casa, através das redes sociais. Então vou fazer aqui um pequeno resumo do relatório de atividades das CPCJ do ano dois mil e vinte e um. Deram entrada cento e sessenta processos, oitenta e sete de crianças e jovens do género masculino e oitenta e quatro do género feminino. Destes cento e sessenta processos, sessenta e cinco transitaram do ano anterior, vinte sete foram reabertos, um recebido de outra CPCJ e sessenta e sete novas sinalizações. Dos cento e sessenta processos, foram arquivados dez em fase preliminar, verificando-se, em avaliação de diagnóstico, que o perigo e o risco não se verificava, noventa e quatro em fase prós preliminar, ficando ativos, cinquenta e seis processos que transitaram para o ano dois mil e vinte e dois. Os motivos pelos quais os noventa e quatro processos foram arquivados em fase prós preliminar, foram porque a situação de perigo já não subsistia e quatro, porque a situação de perigo não se confirmou, dez, porque atingiram a maioria, cinco por terem passado a residir fora do território, trinta e três remetidos para o Ministério Público devido a não consentimento da parte do progenitor ou do próprio jovem e/ou por retirada de consentimento e/ou por solicitação do Ministério Público, e um por informação incorreta na sinalização. As entidades sinalizadoras foram diversas desde estabelecimentos de ensino, autoridade policial, estabelecimentos de saúde, progenitores, pai ou mãe, CPCJ, vizinhos particulares, Segurança Social, Ministério Público, sendo que este ano a entidade que mais sinalizou, foi autoridade policial com vinte e duas sinalizações. As crianças e jovens acompanhados na sua grande maioria, são de nacionalidade portuguesa, cento e vinte e oito, um da China, dois da Ucrânia, doze do Brasil e dois da Índia. Em termos de faixa etária, aquela que acomoda mais acompanhamentos é a faixa etária entre os quinze e os dezassete anos, com trinta e seis processos, vinte do género masculino e dezasseis do género feminino, destacando-se este ano, mais uma vez, um elevado número de bebés e de crianças entre os zero e os dois anos, acompanhados pelas CPCJ, vinte e oito crianças, situação que se deve essencialmente pela precariedade das famílias e negligência. As problemáticas identificadas com maior relevância foram a exposição a situações de violência doméstica e que assumem comportamentos que afetam o seu bem-estar, onde se incluem os consumos, absentismo escolar, ofensa física por castigo corporal, negligência por parte dos progenitores. As medidas de proteção aplicadas foram em cinquenta e cinco casos, apoio junto dos pais, sete apoio junto de outro familiar e cinco de acolhimento residencial. Relativamente ao plano de ação, devido à pandemia, algumas das atividades do plano de ação, não se concretizaram. Ainda assim, dois mil e vinte e um, foi um ano muito rico para nós e para as crianças e jovens do concelho de Porto de Mós. Impulsionámos a comunidade educativa, a reflexão e elaboração dos trabalhos no mês de Abril, prevenção dos maus-tratos infantis. As nossas escolas decoraram o seu exterior com muitos laços azuis e o nosso Castelo recebeu também este símbolo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, só fazer um parêntesis, estamos no mês de Abril e este ano estamos nas ações de prevenção dos maus tratos infantis, por isso também o nosso Castelo e a rotunda têm um laço azul como símbolo de alerta para esta problemática. Convidámos a comunidade educativa a celebrar o Dia da Família com a elaboração de retratos e desenhos da sua família. Recebemos duzentos e quarenta e cinco trabalhos muito interessantes por parte das crianças e jovens do concelho. Mostrámos os retratos de vida familiar a todos os professores e educadores no concelho de Porto de Mós, na receção ao professor dois mil e vinte e um. Promovemos os direitos das crianças e jovens através do projeto Adélia, através do qual tivemos oportunidade de envolver crianças e jovens dos seis aos dezoito anos, a seiscentos e setenta e dois, a vinte e duas turmas do pré-escolar, quatrocentos e quarenta e uma famílias, professores e educadores, associações e comissões de pais, comunidade educativa em geral, instituições públicas e IPSS's. Demos a conhecer as nossas responsabilidades nos projetos de promoção e proteção das crianças e jovens aos professores e educadores do Instituto Educativo do Juncal e do Agrupamento de Escolas. Dinamizámos atividades de promoção das competências linguísticas, emoções e direitos das crianças do ensino pré-escolar e primeiro ciclo, em parceria com a equipa do PIIICIE, que é o plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar do município, com a atividade taxa dos beijinhos, chegámos a quinhentos e setenta e três crianças, com a realização de dezoito sessões. Comemorámos o Dia Internacional dos Direitos da Criança, com a distribuição de pulseiras e marcadores de livros sobre a esta temática e com a dinamização de atividades lúdicas no Castelo, Museu, Biblioteca e Piscinas Municipais. Animámos o Natal Encantado do município de Porto de Mós com a realização das Árvores dos Desejos, fomentando o sonho, e estimular a ação das crianças e jovens nesta época natalícia. Distribuímos sorrisos em forma de presente às crianças e jovens acompanhadas em processos de promoção e proteção da nossa CPCJ. Estas foram algumas das nossas muitas missões para dois mil e vinte e um. Promovemos ações de formação no âmbito da CPCJ, aos comissários e a alguns colaboradores que nos dão apoio técnico. Atualmente, temos cerca de cinquenta e nove casos ativos, e neste propósito, também aqui fazer um agradecimento a todos, porque todas estas iniciativas e todo este trabalho que se tem realizado na CPCJ deve-se a um com um conjunto de pessoas, quer, desde as escolas às instituições, às autoridades policiais, trabalho em conjunto, de forma a dar as melhores condições às nossas crianças e é um trabalho que se tem feito e congratulo-me porque o número de processos têm diminuído no Concelho, isso é fruto de um trabalho conjunto que se tem desenvolvido ao longo destes anos.-----

-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS):** -----

-----A minha intervenção é apenas um comentário, sugestão, uma sensibilização. Muitos de vós saberão, eu fiz parte da Comissão também por inerência, durante oito anos. E durante esses oito anos, pude observar uma transformação nas problemáticas e nas idades das crianças que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eram acompanhadas. Duma fase inicial, em que havia muita negligência, e alguma exposição à violência doméstica, em idades mais jovens, crianças abaixo dos dez anos, ao longo dos anos, estas idades de acompanhamento foram aumentando para idades que, normalmente não nos apareciam, nomeadamente na adolescência e com as temáticas, com as problemáticas da assunção de comportamentos de risco pelos jovens. É uma tendência que claramente continua, a par também da exposição a violência doméstica. Isto é preocupante, e a minha sugestão vai aqui para que seja pensada uma estratégia, juntamente com as escolas, o Agrupamento de Escolas e o IEJ, porque efetivamente estes jovens precisam de apoio, precisam de acompanhamento, não apenas ações de sensibilização, de brindes, de laços... eu compreendo que a Comissão é muito solicitada pela Comissão Nacional, para aderir a estas datas e acho muito bem, mas foquemo-nos no essencial, isto na verdade, sensibiliza a comunidade em geral, mas, na verdade não contribui de forma efetiva para o bem-estar e para a eliminação destas problemáticas. Por isso, devem ser tomadas medidas efetivas, porque é uma tendência crescente que realmente não parece abrandar, e face aos problemas que temos hoje em dia na nossa sociedade, não se prevê que ela se auto extinga, portanto, é nossa a responsabilidade de criar condições para que, pelo menos diminua, porque, obviamente, vão sempre existir famílias menos estruturadas e jovens mais problemáticos, mas ninguém nasce problemático, portanto, as condições em que vivem e a falta de apoio é que os faz seguir estes caminhos, portanto, tinha este comentário a fazer, não podia deixar de o fazer, e sugiro que sejam realmente tomadas medidas efetivas, e que, inclusive, podem envolver a Assembleia Municipal, portanto, da nossa parte, estamos disponíveis para participar naquilo que for necessário, mas, não podemos ouvir estes números, e, é para conhecimento, é certo, mas são os nossos jovens, é o nosso futuro, devemos preocupar-nos fortemente com estas questões. -----

-----**Senhora Vereadora com o Pelouro da Ação Social, Telma Cruz:**-----

-----Agradecer o contributo e a disponibilidade, mas também informar que essas ações estão a ser trabalhadas nas escolas, mas claro que todos contributos são importantes. São importantes também novas ideias e até da sociedade, ou seja, das entidades outsider da escola, que também venham à escola contribuir com iniciativas, por isso, muito agradecida e estaremos também disponíveis para receber os vossos contributos.-----

-----**11. Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação" – Proposta:**-----

-----**Senhora Vereadora com o Pelouro da Acção Social, Telma Cruz:**-----

-----Então este plano que apresentamos aqui, constitui-se como um instrumento que pretende oferecer e analisar as políticas públicas em matéria de igualdade, no município de Porto de Mós, alinhado com a Estratégia Nacional para a igualdade e não discriminação dois mil e dezoito, dois mil e trinta, e respetivos planos. Foi resultado de uma candidatura comparticipada a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

oitenta e cinco por cento pelo Fundo Social Europeu, e o processo de elaboração do primeiro plano municipal para a igualdade e não discriminação de Porto de Mós, teve como ponto de partida a criação de uma equipa para a igualdade na vida do local e também uma equipa interna do município para elaborar o diagnóstico e também para desenvolver aqui o plano em conjunto com a entidade parceira. O passo seguinte constituiu na realização do diagnóstico sobre a atuação da igualdade no município, tanto a nível interno da autarquia como a nível externo, que teve como principal objetivo a recolha de informação no que diz respeito a igualdade de género no território, e que constitui uma base de trabalho, informação para a elaboração deste plano, no sentido de desenvolver ações que promovam a igualdade real entre mulheres e homens no município. Com base nos resultados deste momento, a procedeu-se à elaboração deste plano, pensado para ser transformador da realidade do território, integrando uma transversalização de perspetiva de género, em linha com a estratégia nacional. Constitui-se um documento público, acessível a todas e todos, após ter sido aprovado em reunião de Câmara e agora submetida à aprovação da Assembleia Municipal. O plano está estruturado em dois grandes eixos de atuação. O primeiro eixo, a vertente interna refere-se às políticas transversais de género, no qual se apresentam as medidas para promover a transversalidade, a sistematização da perspetiva de géneros dos diferentes âmbitos e procedimentos da autarquia. O segundo eixo a vertente externa refere-se às políticas específicas de igualdade e ações positivas, no qual se apresenta um conjunto de medidas com enfoque interseccional junto da comunidade. Cada um destes eixos é concretizado em objetivos, ações e indicadores. Cada medida conta com a identificação das áreas e entidades municipais competentes para levar a cabo, sempre com o objetivo de reduzir as desigualdades e continuar a promoção da igualdade e não discriminação. Como principais medidas, apresento aqui apenas algumas, na vertente interna, elaboração de programas anuais por área, para favorecer a implementação do plano, segundo o âmbito de atuação, adaptar o programa informático que já existe, de forma a aceder à informação desagregada por sexo, o uso não discriminatório da linguagem e das imagens na comunicação interna e externa, promover ações de formação, sensibilização sobre comunicação inclusiva, promover ações anuais de formação em matéria de igualdade e não discriminação com foco na interseccionalidade para os recursos humanos da autarquia. Realização de ações internas dirigidas às e aos trabalhadores sobre licenças parentais e disseminação do plano de forma didática e acessível. Na vertente externa, revisão e atualização dos procedimentos relacionados com atendimento integral, a vítimas de violência contemplando a interseccionalidade e a orientação sexual, identidade e expressão de género. Criação de programa de prevenção de violência de género no âmbito educativo, dirigida a crianças e jovens, bem como a docentes do concelho, ações de sensibilização, aumento do número de vagas de creche, programação de campanhas de sensibilização, continuar com os programas de acompanhamento e apoio económico para as famílias em situação de vulnerabilidade e a realização de campanhas de sensibilização. O plano

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

será implementado em quatro anos e será alvo de avaliação e monitorização. Todo o processo de avaliação e monitorização será realizado em parceria com a Universidade Aberta do Centro Local de Aprendizagem de Porto de Mós. -----

-----**Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro (PSD)**:-----

-----Muito boa noite, cumprimento a senhora Presidente da Assembleia e o senhor Presidente da Câmara e nas suas pessoas, todas as pessoas presentes aqui e lá em casa. Vou ser breve, estamos a finalizar, já estamos todos igualmente cansados, princípio da igualdade, aqui acho que estamos todos para o mesmo. Falar de igualdade e não discriminação é falar princípios fundamentais de direito internacional, dos direitos humanos e de direitos constitucionais, numa época em que os direitos humanos, em termos atuais e europeus, estão a ser tremendamente violados. Nesta ótica e reportando-nos aqui a este plano, nós podemos vulgarmente falar em violação de direitos, nomeadamente de igualdade e não discriminação, quer em termos de trabalho, quer em termos de violência, quer em termos de discriminação social que existe cada vez mais. Em termos de trabalho, a igualdade de oportunidades, é um imperativo, a que devemos mais do que tudo, estar atentos, à formação e promoção profissionais e condições de trabalho, independentemente da ascendência, da idade, do sexo, de orientação sexual, da identidade de género, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, território de origem, língua, raça, instrução, situação económica, origem ou condição social, convicções políticas ou ideológicas ou filiação sindical, uma quantidade de coisas que podemos ter em causa e a que devemos estar atentos. A igualdade remuneratória também importante termos em conta. Este plano refere também uma questão, que tem a ver com a conciliação da vida profissional relativamente às mulheres, e é verdade que as mulheres têm de pelas funções, mulheres trabalhadoras e mulheres cuidadoras, o que também lhes dá um ónus, superior em relação ao esforço. Podia dizer aqui uma série de deles de diplomas legais que que promovem esta igualdade e que proíbem outras, mas, efetivamente, apesar dos inúmeros diplomas legais, muito há a fazer para o respeito e a implementação dos mesmos. Apesar de eles existirem a sua implementação, às vezes não ocorre. Relativamente à violência doméstica que foi aqui também referido já pela senhora deputada, anteriormente, direito à assistência, proteção e recuperação da vítima é importante. É importante estarmos atentos, é importante. As vítimas podem ser ricas pobres de qualquer idade, sexo, religião, cultura, grupo étnico, orientação sexual, formação, estado civil, portanto, estamos todos sujeitos, há uma circunstância destas. Nas escolas, como aqui foi referido, as crianças estão sujeitas também a assistência, havia elas próprias serem vítimas ou assistirem a violência doméstica, pelo que é importante a proteção e a atenção de todos. Outras violências também como o racismo, o bullying e o cyber bullying, a homofobia, a xenofobia, são também importantes nas nossas preocupações. Devo salientar aqui em relação determinações de género e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de sexo, que houve uma grande evolução e há também um vedar de circunstâncias a pessoas LGBT, e, portanto, também aqui há que ter atenção a isso, nomeadamente na desagregação de sexos, que é importante também termos em conta. A autarquia aqui, e no caso através deste plano, tem uma posição privilegiada, porque tem uma maior proximidade e uma maior facilidade na implementação de esquemas e de ações que visam a prevenção e a sensibilização. Essas ações e instrumentos, já foi aqui dito, estão aqui projetados em dois eixos que são importantes. O primeiro eixo interno e o segundo eixo externo. É importante que, na própria casa as coisas funcionem e haja igualdade e não discriminação e daí para fora, ou seja, do interior para fora, só podemos dar se tivermos nós próprios. E, portanto, é importante também haver aqui esta implementação. Igualmente, a avaliação deve ser executada, porque fazer um plano, e depois fazer ações, e instrumentos para abalar estas circunstâncias e depois não ser avaliados também não resulta, ou seja, tem que haver uma avaliação, tem que haver a execução e têm que se perceber os resultados para os melhorar, para a construção das sociedades mais justas, mais humanistas, mais desenvolvidas e solidárias. Assim, o presente plano municipal é um passo importante e fundamental para avançar no sentido de diminuir desigualdades, apoiar as pessoas mais vulneráveis, fomentar a informação e sensibilização da comunidade na identificação de riscos e na formação de todos quantos tenham na sua competência o acompanhamento, a prossecução e a implementação de ações que reprimam a continuidade da violação destes direitos humanos. Está, por isso, o executivo, de parabéns pela iniciativa da realização deste plano municipal, que se entende que deve ter plena aprovação nesta assembleia.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto 11 da OT – **Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação** – **Proposta**: - tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**12. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----O **senhor Presidente da Câmara** usou da palavra, nos seguintes termos:-----

-----Quería colocar-me à disposição dos senhores deputados, naturalmente, para alguma questão que queiram colocar relativamente a este relatório de informação trimestral. -----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso - PSD)**:-----

-----Boa tarde senhora Presidente, na sua pessoa, cumprimento, todos os presentes e aqueles que estão em casa. Peço desculpa por ter chegado tarde, mas realmente as dezassete horas, senhora Presidente, acho que têm que refletir sobre esse horário, que acho que não é muito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

facilitador para todos. Em primeiro lugar, agradecer-lhe por ter ido a Serro Ventoso, ao encontro das autocaravanas. Gostei muito de lá a ver, mais a senhora vereadora, muito obrigado por lá estarem. Queria deixar aqui uma reflexão, para o executivo, para o senhor Presidente. Foi uma notícia que saiu ontem e foi um estudo feito pela Universidade do Porto com cento e sessenta mil pessoas e diz assim, viver em zonas desfavorecidas, aumenta o risco de morte em mais de vinte por cento. Isto foi feito ao longo de dez anos por uma universidade, isto é de pensar, e nós em Porto de Mós, temos várias zonas mais desfavorecidas, que é a questão da serra, a questão de São Bento, a questão de Arrimal e Mendiga, a questão até do Alqueidão também. Isto entronca aqui um bocadinho na questão da desertificação, principalmente destas quatro freguesias, o que é gravíssimo, termos uma desertificação na ordem dos mais de dez por cento, e, portanto, as políticas têm que ser repensadas, porque depois de as escolas fecharem elas nunca mais abrem e tem que ser agora, enquanto elas ainda estão a funcionar que nós temos que fazer alguma coisa nestas freguesias, políticas para fixar pessoas e o município tem essa capacidade de implementar políticas para fixar pessoas. No fim do estudo, este diz quais são as políticas e são duas bases fundamentais, é a Saúde, o estudo diz, investir na saúde nestas aldeias, e depois no ordenamento do Território e lá está um problema nas nossas freguesias desertificadas, e o Presidente sabe disso. Ainda há bocadinho falou na questão do PDM, que só nos cria problemas nestas aldeias para fazer uma casa, portanto, eu deixo aqui um repto. Senhor Presidente, nas casas que estão abandonadas, podemos aumentar o imposto para ver se essas pessoas ganham vontade de as vender ou das reconstruir. Temos que o fazer. Estamos a fazer um aumento de uma zona industrial, vamos criar postos de trabalho e depois não temos sítios para as pessoas viverem. Está ali o deputado que vive e que trabalha nesta área, o deputado Gabriel Vala que sabe que em Porto de Mós não há apartamentos para alugar, mas na serra existem muitas casas abandonadas, e portanto, o município pode ter aqui uma ação forte, até fazer protocolos, porque não, com essas pessoas que têm casas abandonadas, reconstruí-las e põ-las a arrendar, a preços baixos. Ainda há pouco tempo, e isto é um desabafo meu, dum Câmara Municipal que tenho o Presidente como amigo, e ele disse-me, eu vou reconstruir um edifício, e não tem problemas de desertificação, mas já está a prever, vai reconstruir um edifício em T1 e T2 para fazer alojamento de baixo custo, para fixar pessoas. E estamos a falar de uma Câmara da Área Metropolitana de Lisboa, portanto, é imperativo fixarmos pessoas, principalmente nestas aldeias, porque senão, daqui a quatro ou cinco anos, as nossas escolas fecham, já não falta muito e depois delas fecharem nunca mais abrem. Portanto, fica aqui o repto, pensarmos nisto muito a sério, porque a desertificação, e eu já falei nisto mais vezes, a desertificação é uma coisa grave, grave, grave nas nossas freguesias e, principalmente, este estudo vem dar razão a isto, nestas aldeias mais desertificadas. A todos, muito boa noite. -----

-----**Filipe da Concelção Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra -**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

JFAS): -----

-----Eu gostava de deixar aqui mais uma vez, senhor Presidente, porque eu gosto que estes assuntos fiquem registados em ata, até eles serem resolvidos. Animais, treze cães vadios, à data de vinte cinco de Abril, contados por mim, corri mais ou menos, a freguesia toda, posso-lhe dizer as ruas. As pessoas estão-me a fustigar a cabeça, que estes animais, só transportam carraças, piolhos e depois queria-lhe perguntar, se me souber responder, qual é a ordem para colocar os animais lá, porque, por já ter tido conhecimento, para os do Alqueidão, vadios, não houve lugar, mas para outros houve. E olhe que não foi dito por mim, pronto, mas estou-lhe a dizer por que me foi feita essa indicação. Portanto, e desafiava-o, aqui, a operacionalizar um plano de esterilização, quer para os cães, quer para os gatos. É urgente. Eu penso que temos que começar do zero. Eu penso que esse problema não é só do Alqueidão da Serra, mas enquanto nós não começarmos do zero, eu penso que vamos ter esta problemática, mas atenção, esta questão das carraças está a ser problemático. Vou-lhe mandar um mail com as ruas e as zonas onde os contei. Ainda nesse aspeto, tive uma Drª Maria João, que me perguntou, se o município não responde a estas questões. Ela enviou um mail, disse-me, há mais de seis meses, com um teor de animais abandonados. É uma senhora de Alqueidão da Serra, que está em Lisboa, mas tem sensibilidade para estas situações, questionou-me, fiz saber também de quem era a competência e pronto. Há de tentar pedir a alguém que verifique a situação, por favor. Depois, pump track, olho ali também para o senhor vereador Marco que disse que ia pôr mão nisso. Senhor Presidente, falta um ano e pouco a acabar a garantia. Esta obra apresentava defeitos, três meses depois de ter sido dada como concluída. Chamo a sua atenção para o efeito. Não vou dizer mais nada. Depois ainda, Alqueidão da Serra foi, infelizmente, se calhar, a única AIGP, área de integração de gestão da paisagem aprovada no Concelho, e das poucas no país. Estamos a ter uma dificuldade grande que é a questão da identificação das parcelas, dos terrenos, dos números, ou seja, o BUPi é uma plataforma, do chamado balcão único do prédio, foi um projeto piloto que abrangeu dez municípios, eu queria aqui desafiar, penso que já tinha dito, não será possível este município integrar este projeto ou chamar a si, também, eu penso que já estará aberto, era importantíssimo. Nós temos mais de quinze mil prédios para identificar e o problema é que as pessoas têm os prédios em nome das heranças, em nome dos pais, dos avós e, obviamente, parcelas de cinquenta metros, cem metros quadrados, e as pessoas não registaram estes prédios em seu nome, porque não vale a escritura. Este BUPi, este programa, foi um projeto piloto, tende a que esse registo em nome das pessoas possa ser feito, a um baixo valor, muito baixo. Registrar um prédio por valores de vinte, trinta euros. Isto desenvolveu-se em dez municípios e, neste caso concreto, era urgente, alargar, obviamente ao município. Estamos a tentar avançar com este projeto que parece-me muito pertinente, mas isto seria uma grande ajuda. Peço que considere. Depois ultimo assunto. A questão de, passado o Governo, já estamos com Governo novo, já temos Ministério da Saúde, etc, eu queria solicitar aqui uma pequena informação e sugerir talvez, o Conselho Municipal da Saúde, não seria altura de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

voltarmos a reunir? Os problemas, ainda não estão resolvidos, porque senão, se calhar também não conseguimos vencer esta batalha, mas penso que seria, uma forma de nós podemos avançar com esta problemática e tentar junto das autoridades, sei lá, fazer alguma coisa! Obrigado. -----

-----**Senhor Presidente da Câmara:**-----

-----Muito obrigado. Obrigado pelas referências. Dar nota que tomei boa conta da informação do Carlos Cordeiro, não conheço o estudo, irei com certeza analisá-lo, embora Porto de Mós, tenha um território de baixa densidade, mas não é considerado território desfavorecido, portanto, temos esse privilégio. E não é por isso que deixamos de ter preocupação, aliás, mencionou aqui uma questão que nós estamos a trabalhar em Mira de Aire. Estamos a adquirir prédios, negociar ainda prédios devolutos, alguns quase em ruínas para reabilitar e, precisamente para colocar no mercado para rendas a baixo custo, no sentido de podermos avançar com a oferta, por assim dizer, em conjunto com o espaço da coworking, com oferta para jovens que se queiram instalar e ficar a residir e a trabalhar na vila de Mira de Aire. Este projeto, é um projeto que está associado à ARU, e é um projeto que vai ter financiamento no IRU e, portanto, este conjunto de variáveis é que nos permite avançar para aqui. Nós temos alguma dificuldade com os instrumentos de gestão do território. Nem todos são aplicáveis a todos os lugares, o PDM é pouco dinâmico, como se sabe, neste momento, estamos a avançar com uma ARU no Juncal e a prolongar a ARU de Porto de Mós para a Corredoura, vamos avançar, até por sugestão do vereador Rui Marto, também com uma ARU em Alqueidão da Serra, na zona urbana consolidada do Alqueidão da Serra. Estamos a pensar e a identificar outras zonas do concelho consolidadas, no entanto, estas áreas de reabilitação urbana, carecem naturalmente, de aprovação. E, portanto, aquilo que estamos a fazer, a avançar, é com estes instrumentos no sentido de, podemos ajudar a população financeiramente, relembro que têm as empreitadas para reabilitação, com uma redução de dezasseite por cento no IVA, passam de vinte e três por cento para seis por cento, mas depois têm isenção de IML durante cinco anos, têm próprio município a atribuir um valor por metro quadrado de fachada para colaboração, por assim dizer, com essa reabilitação. Estes instrumentos de gestão do território, nós estamos a trabalhá-los, temos, de facto, muita dificuldade com o PDM e uma dificuldade acrescida de muita inflexibilidade, intransigência até, por parte do ICNF. As populações, neste particular se quisermos, as populações do território do Parque Natural, podemos considerá-las a este nível mais desfavorecidas, porque têm esta dificuldade. Dizer que, nalguns destes territórios tem estado a funcionar bem a venda das casas para reabilitação, quer para segunda habitação, quer mesmo para transformação em turismo rural, e outras, no sentido de potenciar aquilo que de melhor, nós temos neste território, que é a natureza, o turismo de natureza, o turismo ativo, que, como sabem, o município tem em curso e está a desenvolver um conjunto de iniciativas nesse sentido. Dizer que, sobre a questão dos animais, o senhor vereador Eduardo Amaral irá responder. Sobre a questão da pump track a reclamação está oficialmente feita, portanto, nós temos uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

garantia bancária, se eventualmente, não houver resposta, nós iremos acionar no seu tempo. Sobre a questão do Conselho Municipal de Saúde, durante o mês de Maio iremos fazer esta reunião, já estava previsto, na próxima segunda-feira, na reunião com os senhores Presidentes de Junta, articularemos a melhor a data também, e as melhores ações para depois o município e o representante das freguesias poderem propor ao Conselho Municipal da Saúde, essas tais ações. Sobre a questão da AIGP, de facto, este é um programa interessante, mas dá-nos a ideia de que começou um bocado pelo telhado. Os instrumentos de apoio a quem se candidatou à AIGP, têm causado muitos transtornos e muitas dificuldades de se avançar. Esta questão do BUPi é um projeto-piloto, eu vou ver, mas sendo um projeto piloto e continuando a ser piloto, provavelmente ainda não está aberto aos restantes municípios, se estiver, naturalmente, não faz sentido, nós não aderimos, e reconheço aqui a grande dificuldade numa freguesia com quinze mil prédios para registar. Dizer que a norte de Porto de Mós, mais ninguém tem o cadastro digitalizado. Portanto, nós somos o último município a norte, que tem o cadastro digitalizado. Neste momento, tem havido alguma evolução nesse sentido, alguns trabalhos até das Comunidades intermunicipais, mas essa dificuldade se da nossa parte puder ser atenuada, por assim dizer, junto da freguesia, nós, naturalmente, temos disponibilidade para colaborar com a freguesia, no sentido de minimizar essas dificuldades. -----

-----**Senhor Vice-Presidente:**-----

-----Relativamente às questões colocadas pelo senhor Presidente de Junta, Filipe da Conceição Batista, efetivamente, a prioridade de recolha, está em função do problema. As gaiolas estiveram em Alqueidão da Serra, e conseguiram apanhar alguns. Tivemos um problema nas Pedreiras, em que alguns cães mataram alguns animais domésticos. Tivemos que deslocar para lá. Conseguimos apanhar alguns, não todos, mas também tivemos a colaboração da Junta de Freguesia das Pedreiras que se dispôs a passar nas gaiolas para ver realmente se algum animal lá estava retido, para que o canil pudesse fazer a recolha. Tivemos depois que tirar essas mesmas gaiolas, não os conseguimos apanhar todos, para a freguesia de Serro Ventoso, onde alguns cães mataram também algumas ovelhas, e era necessário interferir de imediato. Fizemos esta ligação com o SEPNA. Mais do que identificar, e para nós é importante que se identifiquem os animais, é preciso ver como é que a gente os consegue capturar. E é aqui, que temos alguma dificuldade em capturar os animais e aqui é fundamental a colaboração das juntas de freguesia e da própria comunidade. Só para ter aqui alguma informação adicional, o canil municipal, em dois mil e vinte e um recolheu cento e quinze cães, noventa e seis gatos. Foram eutanasiados oito cães e quatro gatos. Morreram de morte natural, no canil, dois cães, e dezasseis gatos. Conseguimos um sistema de adoção de cento e dezasseis cães e quarenta e nove gatos. O número de animais que, depois de serem adotados, foram restituídos, cinco cães e três gatos. Vacinámos contra a raiva, duzentos e dezasseis animais. Com outras vacinações, cinquenta e oito cães, trinta gatos. Foram os chipados,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com a colocação eletrónica, duzentos cães, cinquenta e quatro gatos. Foram emitidos cento e sessenta e três boletins para cães e quarenta e nove para gatos. Foram esterilizados cinquenta e cinco cães, vinte e oito gatos. Não é muito fácil, o canil também poder dar resposta a todos. O canil tenta dar resposta às necessidades e, por isso é que a gente precisa realmente desta colaboração. A nossa dificuldade, para além de ser, instalar os animais, é conseguir capturá-los. E aqui é necessário que as Juntas de Freguesia possam dar essa colaboração e prestarem esse serviço também, porque depois os nossos serviços encontram forma. E aqui temos que enaltecer o trabalho que os voluntários têm feito no canil, e são muitas pessoas do concelho de Porto de Mós, que se disponibilizaram para dar esta contribuição, porque não é só ter os animais, é preciso dar-lhe conforto, e é preciso dar-lhe condições. E grande parte dos voluntários, graciosamente, disponibiliza o seu tempo durante a semana e fim-de-semana, para poder fazer aqui este acompanhamento. Relativamente ao plano de estabilização, o que vamos ensaiar, e a nossa dificuldade começa aqui, nomeadamente com as colónias de gatos, com os cães não se coloca essa situação, porque não é possível, mas com os gatos, é tentar arranjar colónias. O problema é, quem é que se responsabiliza pela colónia. E não é pelo facto de não ter alimentação, que o município está disponível para dar a alimentação e alimentar, mas tem, segundo a legislação, que haver um responsável e as pessoas não querem ser responsáveis. E, por isso, estamos a ver qual a melhor forma. E estas colónias ao mesmo tempo, e pela experiência que temos adquirido com outros parceiros, coloca depois problemas a nível da própria evidência da sociedade, porque há muito quem goste de os ter à porta de casa e há quem os deteste. Por isso, estamos a encontrar aqui uma forma de poder trabalhar estas colónias. Este ano queremos fazer uma experiência, iremos fazê-la, e depois, perante os resultados que o tivermos, iremos ver pelo Concelho, como será melhor. -----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 5, 6 (6.1, 6.2, 6.3), 8 e 11 da Ordem de Trabalhos**, procedendo à sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 21.30 horas do dia 29 de março de 2022, e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Marcelo Cláudio Sousa


